

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	22
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	108
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	109
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	110
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	111
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	112
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	113
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.110.323.374
Preferenciais	0
Total	2.110.323.374
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	5.303.189	4.799.307
1.01	Ativo Circulante	174.357	82.370
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.140	4.429
1.01.02	Aplicações Financeiras	52.287	58.267
1.01.03	Contas a Receber	148	2.890
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	148	2.890
1.01.03.02.02	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	148	2.890
1.01.06	Tributos a Recuperar	34.780	9.573
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	34.780	9.573
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	34.780	9.573
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.002	7.211
1.01.08.03	Outros	3.002	7.211
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.002	7.211
1.02	Ativo Não Circulante	5.128.832	4.716.937
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.210.165	752.292
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.210.165	752.292
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	168	23.583
1.02.01.10.05	Depositos e cauções vinculados	27.141	26.423
1.02.01.10.06	Créditos com partes relacionadas	1.179.930	697.116
1.02.01.10.07	Outros créditos	2.926	5.170
1.02.02	Investimentos	3.918.667	3.964.645
1.02.02.01	Participações Societárias	3.918.667	3.964.645
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.918.564	3.964.542
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	103	103

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	5.303.189	4.799.307
2.01	Passivo Circulante	13.231	5.674
2.01.02	Fornecedores	125	172
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.090	1.868
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.025	468
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.025	468
2.01.04.02	Debêntures	3.065	1.400
2.01.05	Outras Obrigações	9.016	3.634
2.01.05.02	Outros	9.016	3.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	969	1.515
2.01.05.02.05	Impostos e contribuições sociais a recolher	7.756	1.951
2.01.05.02.06	Outros passivos	291	168
2.02	Passivo Não Circulante	1.587.705	1.300.204
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	220.079	206.846
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	157.167	146.891
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	157.167	146.891
2.02.01.02	Debêntures	62.912	59.955
2.02.02	Outras Obrigações	796.340	532.069
2.02.02.02	Outros	796.340	532.069
2.02.02.02.04	Débitos com outras partes relacionadas	796.187	531.916
2.02.02.02.05	Outros passivos	153	153
2.02.03	Tributos Diferidos	371.934	375.084
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	371.934	375.084
2.02.04	Provisões	199.352	186.205
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	617
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	617
2.02.04.02	Outras Provisões	199.352	185.588
2.02.04.02.05	Provisão p/ perdas em participações societárias	199.352	185.588
2.03	Patrimônio Líquido	3.702.253	3.493.429
2.03.01	Capital Social Realizado	3.223.219	2.777.404
2.03.02	Reservas de Capital	16.101	461.365
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	445.310
2.03.02.08	Reservas de Capital	16.101	16.055
2.03.04	Reservas de Lucros	374.868	374.868
2.03.04.01	Reserva Legal	71.830	71.830
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	303.038	94.891
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	208.147
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	208.273	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-120.208	-120.208

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	97.494	214.311	186.005	411.534
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-172	159	-370	-647
3.04.02.01	Pessoal	0	0	-6	-22
3.04.02.03	Serviços de terceiros	-157	-252	-351	-411
3.04.02.04	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	0	622	0	0
3.04.02.05	Outras	-15	-211	-13	-214
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-230	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	97.666	214.382	186.375	412.181
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	97.666	214.382	186.375	412.181
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	97.494	214.311	186.005	411.534
3.06	Resultado Financeiro	2.268	-8.984	6.670	5.149
3.06.01	Receitas Financeiras	20.530	29.721	14.381	20.380
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	1.669	2.294	3.654	7.498
3.06.01.02	Atualização de mútuos	19.288	29.267	10.807	12.821
3.06.01.03	Tributos sobre receitas financeiras	-1.001	-1.449	-701	-994
3.06.01.04	Outras receitas financeiras	574	-391	621	1.055
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.262	-38.705	-7.711	-15.231
3.06.02.01	Encargos de dívidas - juros	-1.111	-2.222	-1.111	-2.210
3.06.02.04	Despesas bancárias	-29	-63	-36	-71
3.06.02.05	Atualização de contingência	0	-5	-9	-18
3.06.02.06	IOF	-1.886	-3.891	-1	-1
3.06.02.07	Atualização mútuo	-13.506	-26.185	-5.078	-9.981
3.06.02.08	Ajuste a valor presente	-1.698	-3.396	-1.474	-2.948
3.06.02.10	Outras despesas financeiras	-32	-2.943	-2	-2
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	99.762	205.327	192.675	416.683
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	760	2.314	-1.496	-1.064
3.08.01	Corrente	-835	-836	-2.627	-3.288
3.08.02	Diferido	1.595	3.150	1.131	2.224

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	100.522	207.641	191.179	415.619
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	100.522	207.641	191.179	415.619
3.99.01.01	ON	0,0499	0,0996	0,12339	0,26098
3.99.01.02	PN	0,0499	996	0,12339	0,26098

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	100.522	207.641	191.179	415.619
4.03	Resultado Abrangente do Período	100.522	207.641	191.179	415.619

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.394	17.839
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	407	9.230
6.01.01.01	Lucro líquido do período	207.641	415.619
6.01.01.02	Despesa com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	10.084	4.728
6.01.01.03	Resultado de equivalência patrimonial	-214.382	-412.181
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-2.314	1.064
6.01.01.09	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-622	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.987	8.609
6.01.02.01	(Aumento) de tributos a recuperar	-1.792	-1.772
6.01.02.02	(Aumento) de outros créditos a receber	5.735	-613
6.01.02.05	(Diminuição) de fornecedores	-47	0
6.01.02.06	(Diminuição) (aumento) de outras contas a pagar	122	-2
6.01.02.07	Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais	4.969	10.996
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	219.922	639.078
6.02.01	Aplicações financeiras e recursos vinculados	8.274	177.752
6.02.02	Dividendos recebidos	211.662	461.337
6.02.03	Aumento de capital em controladas	-14	-11
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-149.605	-592.357
6.03.01	Recursos destinados para futuro aumento de capital	505	445.310
6.03.02	Partes relacionadas	-150.110	-347.242
6.03.04	Pagamento de dividendos	0	-690.425
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79.711	64.560
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.429	52.856
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.140	117.416

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.777.404	461.365	374.868	0	-120.208	3.493.429
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.777.404	461.365	374.868	0	-120.208	3.493.429
5.04	Transações de Capital com os Sócios	445.815	-445.264	0	632	0	1.183
5.04.01	Aumentos de Capital	445.815	-445.310	0	0	0	505
5.04.06	Dividendos	0	0	0	632	0	632
5.04.08	Ganho de participações societárias	0	-584	0	0	0	-584
5.04.09	Programa de Remuneração variável -ILP	0	630	0	0	0	630
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	207.641	0	207.641
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	207.641	0	207.641
5.07	Saldos Finais	3.223.219	16.101	374.868	208.273	-120.208	3.702.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.777.404	15.052	514.149	0	-48.401	3.258.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.777.404	15.052	514.149	0	-48.401	3.258.204
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	438.275	-383.003	-213.218	0	-157.946
5.04.08	Ganho de participações societárias	0	-7.364	0	0	0	-7.364
5.04.09	Programa de Remuneração variável -ILP	0	329	0	0	0	329
5.04.11	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-284.689	0	0	-284.689
5.04.12	Pagamento de Dividendos	0	0	-98.314	-213.218	0	-311.532
5.04.13	Recursos Destinados para Futuro Aumento de Capital	0	445.310	0	0	0	445.310
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	415.619	0	415.619
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	415.619	0	415.619
5.07	Saldos Finais	2.777.404	453.327	131.146	202.401	-48.401	3.515.877

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-71	-626
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-252	-411
7.02.04	Outros	181	-215
7.03	Valor Adicionado Bruto	-71	-626
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-71	-626
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	245.552	433.555
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	214.382	412.181
7.06.02	Receitas Financeiras	31.170	21.374
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	245.481	432.929
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	245.481	432.929
7.08.01	Pessoal	0	25
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	25
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-865	2.054
7.08.02.01	Federais	-865	2.054
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.705	15.231
7.08.03.01	Juros	38.705	15.231
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	207.641	415.619
7.08.04.02	Dividendos	632	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	207.009	415.619

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	20.969.886	18.710.421
1.01	Ativo Circulante	6.322.934	4.843.170
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.082.593	240.257
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.084.582	692.230
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.084.582	692.230
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	1.084.582	692.230
1.01.03	Contas a Receber	2.002.746	2.188.161
1.01.03.01	Clientes	1.987.350	2.171.886
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	1.987.350	2.171.886
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	15.396	16.275
1.01.03.02.01	Títulos de créditos a receber	15.396	16.275
1.01.04	Estoques	69.388	59.402
1.01.06	Tributos a Recuperar	544.610	488.126
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	544.610	488.126
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	374.828	350.325
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	169.782	137.801
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.539.015	1.174.994
1.01.08.03	Outros	1.539.015	1.174.994
1.01.08.03.06	Ativos financeiros setoriais	727.936	614.870
1.01.08.03.08	Instrumentos financeiros derivativos	377.887	52.756
1.01.08.03.20	Outros créditos	433.192	507.368
1.02	Ativo Não Circulante	14.646.952	13.867.251
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.298.376	7.410.291
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	99.117	97.264
1.02.01.04	Contas a Receber	550.951	506.104
1.02.01.04.01	Consumidores e concessionárias	550.951	506.104
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.015.065	921.838
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.015.065	921.838
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.173.740	696.693
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.459.503	5.188.392
1.02.01.10.04	Depósitos e cauções vinculados	233.375	228.292
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	429.944	443.470
1.02.01.10.09	Ativos financeiros setoriais	5.330	142.602
1.02.01.10.10	Ativo financeiro indenizável da concessão	4.079.105	3.875.260
1.02.01.10.11	Instrumentos financeiros derivativos	629.452	410.685
1.02.01.10.12	Titulos de creditos a receber	8.331	10.668
1.02.01.10.13	Outros créditos	73.966	77.415
1.02.02	Investimentos	7.440	7.446
1.02.02.01	Participações Societárias	7.440	7.446
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	7.440	7.446
1.02.03	Imobilizado	69.717	49.181
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	69.717	49.181
1.02.04	Intangível	6.271.419	6.400.333
1.02.04.01	Intangíveis	6.271.419	6.400.333
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.485.834	5.609.311

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.04.01.02	Ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	685.469	686.647
1.02.04.01.03	Ouros Intangíveis	100.116	104.375

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	20.969.886	18.710.421
2.01	Passivo Circulante	5.047.859	3.260.710
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.915	8.433
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.915	8.433
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	6.915	8.433
2.01.02	Fornecedores	844.665	970.758
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.605.510	1.054.513
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.645.022	750.090
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	695.593	517.243
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	949.429	232.847
2.01.04.02	Debêntures	960.488	304.423
2.01.05	Outras Obrigações	1.590.769	1.227.006
2.01.05.02	Outros	1.590.769	1.227.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.493	2.141
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	48.781	31.764
2.01.05.02.06	Contribuição de iluminação pública	59.573	63.530
2.01.05.02.09	Impostos e contribuições sociais a recolher	512.048	295.385
2.01.05.02.10	Obrigações estimadas	55.117	49.660
2.01.05.02.11	Parcelamento de impostos	16.796	17.313
2.01.05.02.13	Passivos financeiros setoriais	450.758	336.142
2.01.05.02.14	Encargos setoriais	220.976	168.552
2.01.05.02.15	Incorporação de redes	69.431	48.239
2.01.05.02.16	Instrumentos financeiros derivativos	9.483	28.718
2.01.05.02.17	Benefícios pós emprego	29.073	29.075
2.01.05.02.18	Arrendamentos Operacionais	7.056	10.779
2.01.05.02.20	Outros passivos	110.184	145.708
2.02	Passivo Não Circulante	10.894.653	10.749.045
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.456.412	6.791.970
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.540.642	3.508.361
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.027.345	1.647.521
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.513.297	1.860.840
2.02.01.02	Debêntures	2.915.770	3.283.609
2.02.02	Outras Obrigações	2.399.415	2.073.953
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	797.378	532.984
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	797.378	532.984
2.02.02.02	Outros	1.602.037	1.540.969
2.02.02.02.03	Fornecedores	68.925	68.271
2.02.02.02.08	Benefício pós emprego	293.375	280.874
2.02.02.02.09	Incorporação de redes	45.504	45.504
2.02.02.02.10	Encargos setoriais	128.079	117.068
2.02.02.02.11	Passivos financeiros setoriais	161.517	241.400
2.02.02.02.15	Impostos e contribuições sociais a recolher	430.745	372.564
2.02.02.02.16	Parcelamento de impostos	27.299	33.204
2.02.02.02.17	Arrendamentos Operacionais	16.594	14.556
2.02.02.02.18	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	258.131	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.02.02.19	Outros passivos	171.868	367.528
2.02.03	Tributos Diferidos	1.745.977	1.590.571
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.745.977	1.590.571
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e contribuição social	1.712.432	1.552.948
2.02.03.01.02	Encargos tributários s/ reserva de reavaliação	33.545	37.623
2.02.04	Provisões	292.849	292.551
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	292.849	292.551
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.027.374	4.700.666
2.03.01	Capital Social Realizado	3.223.219	2.777.404
2.03.02	Reservas de Capital	16.101	461.365
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	445.310
2.03.02.09	Reservas de Capital	16.101	16.055
2.03.04	Reservas de Lucros	374.868	374.868
2.03.04.01	Reserva Legal	71.830	71.830
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	303.038	94.891
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	208.147
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	208.273	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-120.208	-120.208
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.325.121	1.207.237

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.425.547	4.990.220	2.659.473	5.347.210
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.034.347	-4.133.644	-2.115.708	-4.256.047
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-1.187.332	-2.436.616	-1.190.769	-2.599.628
3.02.02	Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-199.191	-405.635	-175.550	-356.828
3.02.03	Pessoal	-113.329	-238.042	-117.711	-240.050
3.02.04	Material	-15.121	-34.783	-19.419	-36.941
3.02.05	Serviços de terceiros	-55.544	-123.973	-61.782	-122.977
3.02.06	Amortização e Depreciação	-140.652	-291.359	-145.375	-287.685
3.02.07	Custo de construção	-180.734	-378.701	-338.952	-485.112
3.02.08	Benefícios pós emprego	-1.361	-3.418	-2.188	-4.470
3.02.09	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	1.677	1.953	255	651
3.02.10	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-138.728	-211.423	-56.794	-104.107
3.02.14	Outros	-4.032	-11.647	-7.423	-18.900
3.03	Resultado Bruto	391.200	856.576	543.765	1.091.163
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-125.927	-294.080	-144.784	-290.695
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-116.480	-260.470	-129.638	-268.807
3.04.02.01	Pessoal	-9.297	-24.856	-30.854	-48.757
3.04.02.02	Benefícios pós emprego	-3.807	-7.677	-3.527	-7.140
3.04.02.03	Material	-6.429	-13.909	-6.740	-13.457
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-72.516	-151.390	-83.692	-166.099
3.04.02.05	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-418	-145	27.015	32.628
3.04.02.06	Amortização e Depreciação	-10.763	-21.329	-10.465	-20.915
3.04.02.07	Outras	-13.250	-41.164	-21.375	-45.067
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.926	5.784	12.344	58.115
3.04.04.01	Ganho/Perda de Alienação	2.926	5.784	13.003	27.572
3.04.04.02	Alienação de Ações	0	0	0	29.106
3.04.04.03	Outras	0	0	-659	1.437
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.373	-39.394	-27.490	-80.003

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.04.05.01	Ganho/Perda de Alienação	-10.779	-30.478	-25.846	-51.258
3.04.05.02	Custo de Ações alienadas	0	0	0	-24.993
3.04.05.03	Outras	-1.594	-8.916	-1.644	-3.752
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	265.273	562.496	398.981	800.468
3.06	Resultado Financeiro	-74.240	-184.495	-82.806	-101.388
3.06.01	Receitas Financeiras	85.231	175.600	85.777	171.844
3.06.01.01	Receitas de aplicação financeira	12.264	19.599	16.216	33.763
3.06.01.02	Variação monetária e acresc. moratório de energia	42.389	92.540	41.441	85.406
3.06.01.04	Atualização de mútuos	19.267	29.240	10.801	12.810
3.06.01.06	Atualização financeira de ativos setoriais	892	1.785	6.959	20.200
3.06.01.07	Tributos sobre receitas financeiras	-4.155	-8.544	-4.109	-8.305
3.06.01.08	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	10.615	12.422	0	0
3.06.01.09	Outras receitas financeiras	3.959	28.558	14.469	27.970
3.06.02	Despesas Financeiras	-159.471	-360.095	-168.583	-273.232
3.06.02.01	Encargos dívidas - juros	-93.675	-191.086	-105.658	-211.146
3.06.02.02	Encargos dívidas - variação monetária e cambial	-109.051	-674.432	12.028	-12.821
3.06.02.03	(-) Transferência p/ ordem em curso	382	699	749	1.227
3.06.02.04	Ajuste a valor presente de ativos	269	4.072	-3.259	-6.158
3.06.02.05	Marcação a mercados derivativos	56.764	22.556	80.766	30.070
3.06.02.06	Mútuo com partes relacionadas	-13.521	-26.216	-5.098	-10.020
3.06.02.07	Atualização PEE e P&D	-842	-2.075	-2.472	-4.878
3.06.02.08	Despesas bancárias	-1.557	-3.143	-1.536	-3.023
3.06.02.09	Atualização de contingência	428	-2.106	-4.409	-7.156
3.06.02.10	Atualização financeira de passivos setoriais	-2.706	-6.529	-2.618	-10.059
3.06.02.11	Instrumentos financeiros derivativos	123.814	660.235	-38.110	2.796
3.06.02.12	Marcação a mercado da dívida	-56.556	-22.492	-80.486	-29.781
3.06.02.13	Atualização sobre os efeitos da Redução do ICMS na base do Pis e Cofins	-10.615	-12.422	0	0
3.06.02.14	Outras despesas financeiras	-52.605	-107.156	-18.480	-12.283

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	191.033	378.001	316.175	699.080
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-54.430	-120.555	-62.244	-162.011
3.08.01	Corrente	-28.772	-58.376	-93.810	-179.592
3.08.02	Diferido	-25.658	-62.179	31.566	17.581
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	136.603	257.446	253.931	537.069
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	136.603	257.446	253.931	537.069
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.522	207.641	191.179	415.619
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	36.081	49.805	62.752	121.450
3.99.01.01	ON	0,0499	0,0996	0,12339	0,26098
3.99.01.02	PN	0,0499	0,0996	0,12339	0,26098
3.99.02.01	ON	0,0499	996	0,12339	0,26098
3.99.02.02	PN	0,499	0,0996	0,12339	0,26098

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	136.603	257.446	253.931	537.069
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	136.603	257.446	253.931	537.069
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	100.522	207.641	191.179	415.619
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	36.081	49.805	62.752	121.450

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.339.228	820.451
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.161.663	1.195.548
6.01.01.01	Lucro líquido do período	257.446	537.069
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	120.555	162.011
6.01.01.03	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	28.614	-33.279
6.01.01.04	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	872.661	226.411
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	312.688	308.600
6.01.01.06	Perda na alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	24.694	23.686
6.01.01.07	Instrumentos financeiros derivativos	-660.235	-2.796
6.01.01.08	Marcação a mercados de derivativos	-22.556	-30.070
6.01.01.09	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	211.423	104.107
6.01.01.11	Marcação a mercado de dívidas	22.492	29.781
6.01.01.12	Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-6.948	-90.301
6.01.01.14	Programa de Remuneração variável -ILP	829	329
6.01.01.16	Reversão de provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	0	-40.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	177.565	-375.097
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-61.184	-276.831
6.01.02.02	(Aumento) de estoques	-9.986	-13.271
6.01.02.03	Diminuição de títulos de créditos a receber	2.772	7.420
6.01.02.04	Diminuição (Aumento) de tributos a recuperar	5.307	-42.648
6.01.02.05	Diminuição (aumento) de ativos financeiros setoriais	91.694	-37.737
6.01.02.06	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-5.083	-8.942
6.01.02.07	Diminuição (Aumento) de outros Créditos	14.060	-25.636
6.01.02.08	(Diminuição) de folha de pagamento	-1.518	-4.842
6.01.02.09	Aumento de impostos e contribuições sociais	227.325	184.964
6.01.02.10	Aumento Obrigações estimadas	5.457	8.677
6.01.02.12	Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	-30.422	0
6.01.02.13	(Diminuição) Aumento de fornecedores	-115.240	115.926
6.01.02.14	(Diminuição) de passivos financeiros setoriais	-37.499	-143.062
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuições sociais	-43.481	-142.147
6.01.02.16	Aumento (Diminuição) de outras contas a pagar	135.363	3.032
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-779.745	-641.051
6.02.02	Aplicações financeiras e recursos vinculados	-374.606	-70.640
6.02.04	Aplicação no investimento	6	-12
6.02.05	Aplicação no imobilizado e intangível	-430.317	-627.184
6.02.08	Outros investimentos alienados	0	24.993
6.02.09	Alienação de bens do imobilizado e intangível	25.172	31.792
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	282.853	1.524
6.03.01	Pagamentos empréstimos - juros	-170.864	-178.771
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	1.593.065	1.097.439
6.03.03	Pagamento empréstimo - principal	-1.091.194	-42.264
6.03.05	Parcelamento de impostos	-6.422	-5.701
6.03.06	Parcelamento de encargos setoriais	0	-29.513

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
6.03.07	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	119.658	-21.446
6.03.08	Parcelamento de Fornecedores	0	-60.442
6.03.09	Pagamento de incorporação de redes	-13.789	-39.786
6.03.10	Pagamento de dividendos	-103	-811.523
6.03.12	Partes relacionadas	-144.278	-347.058
6.03.13	Pagamento de arrendamento mercantil	-3.725	-4.721
6.03.14	Recursos destinados para futuro aumento de capital	505	445.310
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	842.336	180.924
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	240.257	147.910
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.082.593	328.834

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.777.404	461.365	374.868	0	-120.208	3.493.429	1.207.237	4.700.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.777.404	461.365	374.868	0	-120.208	3.493.429	1.207.237	4.700.666
5.04	Transações de Capital com os Sócios	445.815	-445.264	0	632	0	1.183	68.079	69.262
5.04.01	Aumentos de Capital	445.815	-445.310	0	0	0	505	68.783	69.288
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-637	-637
5.04.08	Ganho de participações societárias	0	-584	0	0	0	-584	-314	-898
5.04.09	Programa de Remuneração variável -ILP	0	630	0	0	0	630	199	829
5.04.11	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	0	632	0	632	48	680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	207.641	0	207.641	49.805	257.446
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	207.641	0	207.641	49.805	257.446
5.07	Saldos Finais	3.223.219	16.101	374.868	208.273	-120.208	3.702.253	1.325.121	5.027.374

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.777.404	15.052	514.149	0	-48.401	3.258.204	1.092.772	4.350.976
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.777.404	15.052	514.149	0	-48.401	3.258.204	1.092.772	4.350.976
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	438.275	-383.003	-213.218	0	-157.946	-96.998	-254.944
5.04.08	Ganho de participações societárias	0	-7.364	0	0	0	-7.364	0	-7.364
5.04.09	Programa de Remuneração variável -ILP	0	329	0	0	0	329	0	329
5.04.10	Recursos Destinados para Futuro Aumento de Capital	0	445.310	0	0	0	445.310	0	445.310
5.04.11	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-284.689	0	0	-284.689	-96.998	-381.687
5.04.12	Pagamento de Dividendos	0	0	-98.314	-213.218	0	-311.532	0	-311.532
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	415.619	0	415.619	121.566	537.185
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	415.619	0	415.619	121.450	537.069
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	116	116
5.07	Saldos Finais	2.777.404	453.327	131.146	202.401	-48.401	3.515.877	1.117.340	4.633.217

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019
7.01	Receitas	7.556.729	8.105.120
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.384.310	7.664.773
7.01.02	Outras Receitas	4.442	58.115
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	379.400	486.339
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-211.423	-104.107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.909.104	-4.186.152
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.125.318	-3.249.630
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-331.793	-345.745
7.02.04	Outros	-451.993	-590.777
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.647.625	3.918.968
7.04	Retenções	-312.688	-308.600
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-312.688	-308.600
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.334.937	3.610.368
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	184.145	180.149
7.06.02	Receitas Financeiras	184.145	180.149
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.519.082	3.790.517
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.519.082	3.790.517
7.08.01	Pessoal	231.023	254.648
7.08.01.01	Remuneração Direta	140.215	168.476
7.08.01.02	Benefícios	75.848	70.186
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.960	15.986
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.667.601	2.723.378
7.08.02.01	Federais	1.140.054	1.295.421
7.08.02.02	Estaduais	1.523.264	1.423.854
7.08.02.03	Municipais	4.283	4.103
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	363.012	275.422
7.08.03.01	Juros	360.794	274.459
7.08.03.02	Aluguéis	2.218	963
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	257.446	537.069
7.08.04.02	Dividendos	680	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	206.961	415.619
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	49.805	121.450

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rede Energia Participações S/A | Resultados do 2º trimestre de 2020

Cataguases, 13 de agosto de 2020 - A Administração da Rede Energia Participações (“Rede Energia”, “REDE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do segundo trimestre (2T20) e dos primeiros seis meses de 2020 (6M20). As informações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1. Considerações Gerais

A Rede Energia Participações S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por quatro distribuidoras localizadas nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que compreende 436 municípios. A base comercial das distribuidoras da Rede Energia abrange 3,9 milhões de unidades consumidoras cativas e 738 livres, em uma população de aproximadamente 9,5 milhões de habitantes.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.753,7	4.051,5	- 7,4	7.757,3	8.148,9	- 4,8
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	3.572,9	3.712,6	- 3,8	7.378,6	7.663,8	- 3,7
Receita Operacional Líquida	2.425,5	2.659,5	- 8,8	4.990,2	5.347,2	- 6,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	2.244,8	2.320,5	- 3,3	4.611,5	4.862,1	- 5,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	265,3	399,0	- 33,5	562,5	800,5	- 29,7
EBITDA	416,7	554,7	- 24,9	875,2	1.109,1	- 21,1
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	459,1	596,1	- 23,0	967,7	1.194,5	- 19,0
Resultado financeiro	(74,2)	(82,8)	- 10,3	(184,5)	(101,4)	+ 82,0
Lucro Líquido	136,6	253,9	- 46,2	257,4	537,1	- 52,1
Indicadores Operacionais						
Número de Consumidores Cativos (mil)	3.929,4	3.848,4	+ 2,1	3.929,4	3.848,4	+ 2,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽²⁾	4.130,5	4.285,6	- 3,6	8.639,7	8.751,0	- 1,3
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽²⁾	5.139,2	5.272,0	- 2,5	10.717,7	10.712,2	+ 0,1
Indicador Relativo						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	18,9	22,4	- 3,5 p.p.	19,4	22,3	- 2,9 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	30/06/2019	31/12/2019	Var. %			
Ativo Total	20.969,9	18.710,4	+ 12,1			
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	2.266,3	1.029,8	+ 120,1			
Patrimônio Líquido	5.027,4	4.700,7	+ 7,0			
Endividamento Líquido ⁽³⁾	5.955,2	6.442,8	- 7,6			

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia. | ⁽²⁾ Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

⁽³⁾ Dívida líquida mais créditos setoriais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Desempenho operacional

3.1 Mercado de energia

No trimestre, o consumo consolidado de energia elétrica no mercado cativo e livre (5.139,2 GWh) das distribuidoras da Rede Energia apresentou queda de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Considerando o fornecimento não faturado, o volume se situa em 4.963,7 GWh, o que significa queda de 4,9% na mesma base de comparação.

A composição do mercado de energia das distribuidoras da Rede Energia no segundo trimestre foi a seguinte:

Mercado de Energia Consolidado

Descrição (Valores em GWh)	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
✓ Energia vendida mercado cativo faturado	4.130,5	4.285,6	- 3,6	8.639,7	8.751,0	- 1,3
✓ Transporte de energia clientes livres (TUSD)	1.008,7	986,1	+ 2,3	2.078,0	1.960,6	+ 6,0
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD faturado)	5.139,2	5.271,7	- 2,5	10.717,7	10.711,6	+ 0,1
✓ Consumo não faturado	(175,5)	(53,4)	+ 228,9	(153,5)	(26,2)	+ 485,1
Subtotal (Mercado Cativo + TUSD + não faturado)	4.963,7	5.218,4	- 4,9	10.564,2	10.685,3	- 1,1

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Mercado Cativo Faturado por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Residencial	1.906,7	1.820,6	+ 4,7	3.941,7	3.787,0	+ 4,1
Industrial	1.172,6	1.190,3	- 1,5	2.391,4	2.372,9	+ 0,8
✓ Cativo Industrial	310,5	353,2	- 12,1	645,1	713,1	- 9,5
✓ Livre Industrial	862,2	837,2	+ 3,0	1.746,3	1.659,7	+ 5,2
Comercial	874,5	1.057,1	- 17,3	1.986,8	2.173,1	- 8,6
✓ Cativo Comercial	773,0	936,5	- 17,5	1.748,6	1.929,9	- 9,4
✓ Livre Comercial	101,5	120,6	- 15,8	238,2	243,2	- 2,1
Rural	615,0	565,1	+ 8,8	1.210,3	1.128,0	+ 7,3
✓ Cativo Rural	600,5	552,5	+ 8,7	1.174,2	1.101,4	+ 6,6
✓ Livre Rural	14,5	12,6	+ 15,0	36,1	26,5	+ 35,9
Outros	570,3	638,6	- 10,7	1.187,5	1.250,6	- 5,1
✓ Cativo Outros	539,8	622,9	- 13,3	1.130,0	1.219,5	- 7,3
✓ Livre Outros	30,5	15,7	+ 93,8	57,5	31,1	+ 84,6
1 Vendas de energia no mercado cativo	4.130,5	4.285,6	- 3,6	8.639,7	8.751,0	- 1,3
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	1.008,7	986,1	+ 2,3	2.078,0	1.960,6	+ 6,0
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	5.139,2	5.271,7	- 2,5	10.717,7	10.711,6	+ 0,1
4 Fornecimento não faturado	(175,5)	(53,4)	+ 228,9	(153,5)	(26,2)	+ 485,1
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	4.963,7	5.218,4	- 4,9	10.564,2	10.685,3	- 1,1

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.2 Consumo por região

Do total das vendas no mercado cativo e livre no trimestre, 69,4% foram vendidos na região Centro-Oeste, 19,1% na região Sul Sudeste e 11,5% na região Norte.

Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região (GWh)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Região Norte	592,9	608,5	- 2,6	1.161,7	1.169,8	- 0,7
Energisa Tocantins (ETO)	592,9	608,5	- 2,6	1.161,7	1.169,8	- 0,7
Região Centro-Oeste	3.565,5	3.603,1	- 1,0	7.410,3	7.307,2	+ 1,4
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.219,7	2.239,2	- 0,9	4.540,4	4.435,8	+ 2,4
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.345,8	1.363,9	- 1,3	2.869,9	2.871,4	- 0,1
Região Sul/Sudeste	980,8	1.060,2	- 7,5	2.145,7	2.234,6	- 4,0
Energisa Sul-Sudeste (ESS)	980,8	1.060,2	- 7,5	2.145,7	2.234,6	- 4,0
Total Rede	5.139,2	5.271,7	- 2,5	10.717,7	10.711,6	+ 0,1

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3.3 Clientes por concessionária

A Rede Energia encerrou o trimestre com 3.929.447 unidades consumidoras cativas, 2,1% superior à quantidade registrada no mesmo período do ano anterior. A carteira de consumidores livres atingiu 738 clientes no 2T20, contra 598 em 2T19.

Número de consumidores Cativos e Livres por Região

Distribuidoras	Número de Consumidores								
	Cativos			Livres			Total		
	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %
Região Norte	607.039	593.476	+ 2,3	54	39	+ 38,5	607.093	593.515	+ 2,3
✓ ETO	607.039	593.476	+ 2,3	54	39	+ 38,5	607.093	593.515	+ 2,3
Região Centro-Oeste	2.524.707	2.462.352	+ 2,5	485	388	+ 25,0	2.525.192	2.462.740	+ 2,5
✓ EMT	1.476.462	1.432.194	+ 3,1	275	218	+ 26,1	1.476.737	1.432.412	+ 3,1
✓ EMS	1.048.245	1.030.158	+ 1,8	210	170	+ 23,5	1.048.455	1.030.328	+ 1,8
Região Sul/Sudeste	797.701	792.529	+ 0,7	199	171	+ 16,4	797.900	792.700	+ 0,7
✓ ESS	797.701	792.529	+ 0,7	199	171	+ 16,4	797.900	792.700	+ 0,7
Total Rede	3.929.447	3.848.357	+ 2,1	738	598	+ 23,4	3.930.185	3.848.955	+ 2,1

Número de Clientes Residenciais - Convencional e Baixa Renda

Distribuidoras	Número de Clientes Residenciais								
	Convencional			Baixa Renda			Total de Clientes Residenciais		
	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %
Região Norte	365.300	364.804	+ 0,1	139.944	128.134	+ 9,2	505.244	492.938	+ 2,5
✓ ETO	365.300	364.804	+ 0,1	139.944	128.134	+ 9,2	505.244	492.938	+ 2,5
Região Centro-Oeste	1.701.598	1.694.345	+ 0,4	310.100	263.169	+ 17,8	2.011.698	1.957.514	+ 2,8
✓ EMT	993.403	980.854	+ 1,3	157.100	135.076	+ 16,3	1.150.503	1.115.930	+ 3,1
✓ EMS	708.195	713.491	- 0,7	153.000	128.093	+ 19,4	861.195	841.584	+ 2,3
Região Sul/Sudeste	603.099	600.270	+ 0,5	73.779	72.812	+ 1,3	676.878	673.082	+ 0,6
✓ ESS	603.099	600.270	+ 0,5	73.779	72.812	+ 1,3	676.878	673.082	+ 0,6
Total Rede	2.669.997	2.659.419	+ 0,4	523.823	464.115	+ 12,9	3.193.820	3.123.534	+ 2,3

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.4 Balanço de Energia

Balanço de Energia - Distribuidoras da Rede Energia Participações S/A

Descrição Valores (GWh)	1º semestre de 2020 (6M20)				
	ETO	EMT	EMS	ESS	Consolidado
(a) Energia Total Vendida (a=b+c+d)	1.035,7	3.619,2	2.198,5	1.652,4	8.505,9
(b) Energia vendida mercado cativo	1.038,0	3.671,4	2.273,4	1.656,8	8.639,7
✓ Residencial	527,9	1.599,5	1.048,2	766,2	3.941,7
✓ Industrial	50,0	296,1	138,2	160,9	645,1
✓ Comercial	181,7	749,6	482,9	334,3	1.748,6
✓ Rural	117,0	589,7	301,1	166,5	1.174,2
✓ Serviço público e consumo próprio	161,4	436,6	302,9	229,0	1.130,0
(c) Consumo não faturado	(2,3)	(52,2)	(74,9)	(24,1)	(153,5)
(d) Suprimento a concessionárias	-	-	-	19,7	19,7
(e) Energia injetada (e=a+f+g+h)	1.350,8	5.451,5	3.306,7	2.338,7	12.447,7
(f) Transporte energia clientes livres (TUSD)	123,7	869,0	596,5	488,9	2.078,1
(g) Intercâmbio de energia	5,1	1,8	11,2	35,0	53,1
(h) Perdas na distribuição	186,3	961,6	500,4	162,4	1.810,7
(i) Perdas na Rede Básica	22,8	71,1	46,2	73,0	213,1
(j) Venda de Energia CCEE	51,3	784,7	182,1	120,7	1.138,8
(k) Energia Recebida Total (k=a+h+i+j)	1.296,1	5.436,6	2.927,3	2.008,5	11.668,5

3.5 Portfólio de Contratos

Portfólio de Contratos - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição Valores (GWh)	1º semestre de 2020 (6M20)				
	ETO	EMT	EMS	ESS	Consolidado
(a) Energia comprada	1.277,5	4.742,0	2.765,7	1.983,8	10.769,0
✓ Bilaterais modelados	112,4	1.282,7	164,2	291,2	1.850,5
✓ Leilões de Energia e mecanismos	817,7	1.648,6	1.353,9	730,5	4.550,8
✓ Cotas de ITAIPU	-	695,7	462,2	382,4	1.540,2
✓ Cotas de PROINFA	23,6	82,9	49,6	37,7	193,9
✓ Cotas de ANGRA	37,7	130,6	86,8	71,8	326,8
✓ Cotas de Garantia Física (90%)	286,1	901,5	649,1	470,2	2.306,8
✓ Contratos de Suprimento	-	-	-	-	-
(b) Mini e microgeração distribuída	14,8	186,2	53,2	24,7	278,9
(c) Ger. Própria/Bilaterais não modelados/ Sist. Isolado	-	508,4	0,5	-	508,9
(d) Liquidação na CCEE	3,8	-	107,8	-	111,6
(e) Energia Comprada TOTAL (e=a+b+c+d)	1.296,1	5.436,6	2.927,3	2.008,5	11.668,5

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.6 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

As perdas totais de energia das distribuidoras da Rede Energia situaram-se em 12,14% da energia requerida, ficando abaixo do limite regulatório.

A ETO fechou o período com aumentos de 0,29 ponto percentual e de 0,18 ponto percentual em relação a março de 2020 e junho de 2019, respectivamente. O resultado do trimestre na ETO está 1,01 ponto percentual abaixo do limite regulatório.

A EMT que registrou, por três trimestre consecutivos, perdas abaixo dos índices regulatórios, voltou a violar o indicador em junho de 2020, fechando com um aumento em relação a março de 2020, de 0,22 ponto percentual, e ligeiro acréscimo de 0,02 comparado com junho de 2019.

A EMS apresentou aumento de 0,21 ponto percentual quando comparado a março de 2020, e de 0,74 ponto percentual em relação a junho de 2019, ficando ligeiramente acima de seu referencial regulatório em 0,06 ponto percentual. Além das medidas impostas pela pandemia, o principal motivo para aumento das perdas também é atribuído ao crescimento da perda técnica, motivada pela redução da geração térmica na região sul e redução da geração hídrica na região central, ambas próximas ao centro de carga. Esta redução implicou no aumento do fluxo de energia através de um intercâmbio em 138 kV localizado a cerca de 400 km do centro de carga, ocasionando o aumento da perda técnica.

A seguir são apresentados os indicadores de perdas de energia elétrica das distribuidoras da Rede Energia:

Perdas de Energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras % Energia Injetada (12 meses)	Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL	
	jun/19	mar/20	jun/20	jun/19	mar/20	jun/20	jun/19	mar/20	jun/20		
EMT	9,77	9,37	9,37	4,10	4,27	4,50	13,88	13,64	13,86	13,67	●
EMS	9,19	9,66	9,99	3,13	3,19	3,06	12,32	12,85	13,06	13,00	●
ETO	11,38	11,35	11,21	1,43	1,36	1,79	12,82	12,71	13,00	14,01	●
ESS	6,19	6,19	6,15	-0,12	0,04	0,21	6,08	6,23	6,36	6,72	●
Rede Energia Consolidada	9,11	9,06	9,13	2,73	2,86	3,01	11,83	11,91	12,14	12,21	●

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os percentuais regulatórios referem-se aos últimos dozes meses findos em junho de 2020.

Perdas de Energia (Em GWh nos últimos 12 meses)

Perdas em 12 meses Em GWh	Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			Var.(%)
	jun/19	mar/20	jun/20	jun/19	mar/20	jun/20	jun/19	mar/20	jun/20	
EMT	1.031,3	1.043,8	1.044,1	432,9	475,6	501,1	1.464,2	1.519,5	1.545,2	+ 1,7
EMS	582,9	643,9	661,0	198,6	212,7	202,6	781,4	856,6	863,7	+ 0,8
ETO	313,9	318,7	313,1	39,6	38,3	49,9	353,4	357,0	363,0	+ 1,7
ESS	294,8	302,1	294,8	-5,5	2,0	10,3	289,2	304,0	305,1	+ 0,4
Rede Energia Consolidada	2.222,8	2.308,5	2.313,1	665,5	728,6	763,9	2.888,3	3.037,1	3.077,0	+ 1,3

(1) Variação junho de 2020/março de 2020.

3.7 Gestão da Inadimplência

3.7.1 Taxa de Inadimplência

Devido a continuidade da pandemia de COVID-19, a Resolução Aneel nº 878 de 24 de março de 2020, que estabeleceu restrições à suspensão de fornecimento de energia elétrica foi mantida durante o 2º trimestre de 2020 e teve decretada a sua prorrogação até o final de julho de 2020.

No 2T20, a Taxa de Inadimplência da Rede Energia Consolidada foi de 1,73%. Como resultado do cenário da pandemia de Covid-19, principalmente das medidas de suspensão de corte de clientes inadimplentes, a Energisa incluiu, no cálculo da Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa, variáveis de probabilidade futura de inadimplência, gerando uma provisão extraordinária no 2T20 no valor de R\$ 40,0 milhões.

A expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas no ano, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia em 01/08/2020, exceção aos clientes cadastrados como “baixa renda”, que permanecerão com a restrição até o final deste ano. Em resumo,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Neste trimestre os principais ofensores da inadimplência concentraram-se nas unidades consumidoras em débito e ligadas nas classes residencial e comercial, em função da restrição da suspensão do fornecimento imposta pela REN 878/2020.

Para atenuar os impactos decorrentes da restrição acima citada, foram intensificadas as demais ações de cobrança, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, negativas, telecobrança, e-mails, cobrança via WhatsApp e manutenção da suspensão de fornecimento para as classes não abrangidas pelas restrições da REN 878. Sensíveis à situação dos clientes foram oferecidas condições de parcelamento mais flexíveis como forma de conjugar a disciplina na cobrança à uma melhor condição comercial para que os clientes possam negociar as faturas e facilitando o acesso às negociações por meio digital.

Esses meios de cobrança e negociação têm sido utilizados de forma simultânea, visando um melhor resultado nas arrecadações. Além destas ações, buscando meios mais eficientes, está em curso um projeto, iniciado nesse trimestre, da cobrança telefônica com agente virtual, ampliando a capacidade desse tipo de serviço. Outra ação em curso é o recebimento através do cartão de crédito, ainda em fase de teste.

Para o Grupo A e Poder Público, mesmo não sendo tão relevantes quanto as demais classes, foram reforçadas as estruturas de cobrança, com instituição de células de negociação das faturas vencidas e vincendas, além de manter o rigoroso acompanhamento do processo de cobrança existente.

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)				
	Jun/20	Jun/19	Variação em p.p.	Jun /20 (sem PPECLD Covid)	Variação em p.p.
EMT	2,29	1,74	+ 0,55	1,39	- 0,34
EMS	1,85	1,44	+ 0,41	1,22	- 0,22
ETO	1,03	0,57	+ 0,46	0,57	-
ESS	0,43	0,07	+ 0,36	0,15	+ 0,08
Rede Energia Consolidada	1,73	1,23	+ 0,50	1,05	- 0,17

3.7.2 Taxa de Arrecadação

A Taxa de Arrecadação consolidada do Grupo Energisa no 2T20 alcançou 95,91%, 1,13 ponto percentual abaixo do 2T19, influenciada pelo início das medidas de distanciamento social resultante da pandemia de Covid-19 e da publicação da Resolução 878/20 da ANEEL, vetando a suspensão de fornecimento de energia elétrica aos clientes residenciais, residenciais rurais e de serviços considerados essenciais de acordo com decretos do governo federal até dia 31 de julho de 2020 conforme descrito no item anterior.

Apesar do resultado deste trimestre ser inferior ao mesmo período do ano passado, ao analisar o desempenho da inadimplência de 30 dias nos últimos trimestres, conforme apresentado no item anterior, é possível notar que mesmo durante o período da pandemia, os esforços empreendidos pelas distribuidoras da Rede Energia no combate a inadimplência surtiram efeito e as empresas apresentaram contínua melhoria desde o começo da restrição da possibilidade de corte.

Este resultado demonstra que as ações implementadas para mitigar o problema da restrição de suspensão de fornecimento e das consequências em decorrência da pandemia de COVID-19 surtiram o efeito planejado e conseguiu diminuir o impacto nos resultados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A seguir são apresentadas as taxas de arrecadação das distribuidoras da Rede Energia:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	jun/20	jun/19	Variação em p.p.
EMT	95,09	96,21	- 1,17
EMS	95,55	96,91	- 1,40
ETO	96,26	97,45	- 1,23
ESS	98,57	99,02	- 0,46
Energisa Consolidada	95,91	97,04	-1,17

3.8 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

De forma geral, as distribuidoras da Rede Energia apresentaram bom desempenho no trimestre, apresentando indicadores abaixo dos limites regulatórios para o DEC e o FEC no 2T20.

Esse desempenho é resultado da contínua otimização na alocação de capital, com foco em automação, construção e ampliação de novos alimentadores, subestações e linhas de alta tensão, conjugadas com maior assertividade das ações de manutenção, limpeza de faixa, poda de árvore e constante adequação de veículos, bem como aplicação de novas ferramentas e capacitação das equipes e gestão de produtividade.

A EMS apresentou redução de 0,94 horas no DEC e de 0,06 vezes no FEC, desempenho resultado dos investimentos em reforma, antecipação de atividades de poda e manutenção, bem como ampliação da rede.

A ETO alcançou significativa redução de 2,40 horas no DEC quando comparado a junho de 2019, atingindo 19,63 horas, e apresentou decréscimo de 2,12 vezes no FEC, atingindo 7,08 vezes.

A ESS manteve o ritmo intenso de melhoria e alcançou DEC de 5,05 com redução de 1,54 horas e FEC de 4,05 com redução de 0,76 vezes, ambos em comparação com junho de 2019.

Os indicadores de qualidade tiveram os seguintes desempenhos:

Distribuidoras	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	jun/20	jun/19	Var.(%)	jun/20	jun/19	Var.(%)		
Média móvel 12 meses								
EMT	19,34	19,55	- 1,1	8,11	8,16	- 0,6	21,43 ●	17,02 ●
EMS	10,47	11,41	- 8,2	4,49	4,55	- 1,3	11,51 ●	8,17 ●
ETO	19,63	22,03	- 10,9	7,08	9,20	- 23,0	23,53 ●	15,65 ●
ESS	5,05	6,59	- 23,4	4,05	4,81	- 15,8	7,57 ●	7,24 ●

Nota: Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Desempenho financeiro

4.1 Receita operacional bruta e líquida

No 2T20, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 3.572,9 milhões, ante R\$ 3.712,6 milhões registrados no 2T19, redução de 3,8% (R\$ 139,6 milhões). Por sua vez, a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, mostrou decréscimo de 3,3% (R\$ 75,7 milhões) no trimestre, para R\$ 2.244,8 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento Descrição (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	2.890,2	3.054,4	- 5,4	6.201,8	6.059,3	+ 2,4
✓ Residencial	1.376,5	1.394,5	- 1,3	2.964,2	2.825,5	+ 4,9
✓ Industrial	228,3	253,0	- 9,8	471,5	493,1	- 4,4
✓ Comercial	611,1	734,6	- 16,8	1.383,1	1.461,2	- 5,3
✓ Rural	355,9	318,3	+ 11,8	711,4	611,4	+ 16,4
✓ Outras classes	318,5	354,0	- 10,0	671,7	668,1	+ 0,5
(+) Suprimento de energia elétrica	51,1	49,4	+ 3,5	120,7	362,4	- 66,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	(86,5)	43,3	-	(51,8)	72,1	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	301,1	266,7	+ 12,9	594,7	511,6	+ 16,3
(+) Receitas de construção	180,7	339,0	- 46,7	378,7	485,1	- 21,9
(+) Constituição e amortização - CVA	144,5	70,9	+ 103,7	29,2	181,0	- 83,9
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	266,1	178,4	+ 49,1	450,9	368,7	+ 22,3
(+) Atualização do ativo financeiro da concessão (VNR)	(13,2)	37,9	-	6,9	90,3	- 92,3
(+) Outras receitas	19,7	11,6	+ 69,6	26,2	18,5	+ 41,5
Receita Bruta	3.753,7	4.051,5	- 7,4	7.757,3	8.148,9	- 4,8
(-) Impostos sobre vendas	1.051,5	1.060,2	- 0,8	2.205,9	2.129,3	+ 3,6
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(6,3)	(8,1)	- 22,6	(5,8)	(1,0)	+ 504,7
(-) Encargos setoriais	282,9	340,0	- 16,8	566,9	673,3	- 15,8
(=) Receita líquida	2.425,5	2.659,5	- 8,8	4.990,2	5.347,2	- 6,7
(-) Receitas de construção	180,7	339,0	- 46,7	378,7	485,1	- 21,9
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	2.244,8	2.320,5	- 3,3	4.611,5	4.862,1	- 5,2

A seguir, as receitas operacionais líquidas por empresa:

Receita líquida por segmento Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
✓ EMT	1.094,9	1.190,1	- 8,0	2.206,4	2.291,8	- 3,7
✓ EMS	598,2	644,7	- 7,2	1.291,0	1.394,1	- 7,4
✓ ETO	322,9	416,9	- 22,6	661,4	822,3	- 19,6
✓ ESS	409,0	409,6	- 0,2	830,4	839,6	- 1,1
(=) Rede Energia Consolidada	2.425,5	2.659,5	- 8,8	4.990,2	5.347,2	- 6,7
(-) Receitas de construção	180,7	339,0	- 46,7	378,7	485,1	- 21,9
(=) Rede Energia Consolidada	2.244,8	2.320,5	- 3,3	4.611,5	4.862,1	- 5,2

4.2 Ambiente Regulatório

4.2.1 Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)

No 2T20, foi possível observar aumento de R\$ 73,5 milhões na constituição (líquida da amortização) da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA) em relação ao 2T19.

A CVA é o mecanismo regulatório instituído pela Portaria Interministerial nº 25/02, destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, ocorridas no período entre os eventos tarifários da distribuidora. O objetivo deste mecanismo é neutralizar os efeitos desses custos, denominados de "Parcela A" e de repasse tarifário integral assegurado, sobre o resultado da distribuidora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2.2 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em vigor o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que repassa automaticamente ao consumidor final o custo incorrido pela distribuidora sempre que a compra de energia for afetada pelo despacho termelétrico de maior custo, diminuindo o carregamento financeiro entre os reajustes tarifários. O funcionamento das bandeiras tarifárias é representado pelas cores verde, amarela ou vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração de eletricidade.

No 2T20, as receitas consolidadas auferidas pela Rede Energia provenientes das bandeiras tarifárias foram de R\$ 7,8 milhões, ante os R\$ 13,2 milhões registrados no 2T19. Em 6M20, essas receitas totalizaram R\$ 16,3 milhões, contra R\$ 6,6 milhões em 6M19.

4.2.3 Revisões e reajustes tarifários

Entre 2016 e 2018, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) homologou o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“4CRTP”) das subsidiárias da Rede Energia, ainda no aguardo das revisões para esse ciclo. Entre 2020 e 2023 será realizado o 5º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“5CRTP”) das subsidiárias da Companhia.

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora da Rede Energia foram os seguintes:

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio		
EMT	+ 2,40	+ 2,65	+ 2,47	01/07/2020	Reajuste Anual
EMS	+ 6,89	+ 6,93	+ 6,90	01/07/2020	Reajuste Anual
ETO	+ 8,54	+ 1,79	+ 7,17	04/07/2019	Revisão Tarifária - 5°C
ESS	+ 4,03	+ 6,90	+ 4,87	12/07/2019	Reajuste Anual

4.2.4 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da “Base de Remuneração Regulatória” utiliza o método do “Valor Novo de Reposição - VNR”, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A evolução das “Bases de Remunerações Líquidas” (BRL) das distribuidoras da Rede Energia e as datas das Revisões Tarifárias (RT) são as seguintes:

Distribuidora	Base de Remuneração Líquida (BRL) Em R\$ milhões			Data revisão tarifária		
	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
EMT	1.693,5	3.459,8	-	abr/13	abr/18	abr/23
EMS	1.152,6	1.864,5	-	abr/13	abr/18	abr/23
ETO	257,1	596,2	1.370,5	jul/12	jul/16	jul/20
ESS	320,3	491,5	-	mai/12	mai/16	jul/21
Total	3.423,5	6.412,0	1.370,5			
WACC (antes de impostos)	11,36%	12,26%	11,10%			

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2.5 Parcela B

Distribuidora	Parcela B				
	DRA ⁽¹⁾	DRP ⁽²⁾	Variação (R\$ milhões)	Variação %	Processo Revisional
EMT	1.164,9	1.177,2	12,3	+ 6,7	Reajuste Anual
EMS	968,1	1.035,1	67,0	+6,9	Reajuste Anual
ETO	560,0	641,6	81,6	+ 14,5	Revisão Tarifária - 5°C
ESS	405,7	400,0	- 5,8	- 1,4	Reajuste Anual
Total	3.098,7	3.253,9	155,2	+ 5,0	

(1) DRA - Data de Referência Anterior: é definida como sendo a data de vigência do último processo tarifário homologado pela Aneel, seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos incorridos e receitas auferidas nos doze meses relativos ao processo tarifário.

(2) DRP - Data de Referência em Processamento: a DRP é definida como sendo a data de vigência do processo tarifário em análise a ser homologado pela Aneel, quer seja reajuste ou revisão tarifária, que contempla os custos e receitas previstas para os doze meses relativos ao processo tarifário.

4.2.6 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

A Aneel também autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
EMT	107,3	76,9	+ 39,7	196,2	152,9	+ 28,3
EMS	71,6	49,1	+ 45,6	123,2	101,7	+ 21,0
ETO	48,1	24,0	+ 100,5	76,2	54,7	+ 39,2
ESS	39,1	28,4	+ 37,5	55,4	59,3	- 6,5
Rede Energia Consolidada	266,1	178,4	+ 49,1	450,9	368,7	+ 22,3

Além desse saldo, o Rede Energia Consolidada detém créditos de sub-rogação de CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) no montante de R\$ 18,2 milhões, em contrapartida à implantação de projetos de distribuição/transmissão de energia, que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

4.3 Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 1.988,9 milhões no 2T20, aumento de 3,5% (R\$ 67,4 milhões) em relação ao 2T19. No acumulado do ano, esse valor chegou a R\$ 4.049,0 milhões, 0,3% (R\$ 12,6 milhões) abaixo do mesmo período do ano anterior.

A composição dos custos e despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	1.386,5	1.366,3	+ 1,5	2.842,3	2.956,5	- 3,9
1.1 Energia comprada	1.187,3	1.190,8	- 0,3	2.436,6	2.599,6	- 6,3
1.2 Transporte de potência elétrica	199,2	175,6	+ 13,5	405,6	356,8	+ 13,7
2 Custos e Despesas controláveis	441,5	384,2	+ 14,9	860,5	774,7	+ 11,1
2.1 PMSO	304,0	354,7	- 14,3	650,9	703,9	- 7,5
2.2 Provisões/Reversões	137,5	29,5	+ 365,6	209,6	70,8	+ 196,0
2.2.1 Contingências	(1,3)	(27,3)	- 95,4	(1,8)	(33,3)	- 94,6
2.2.2 Devedores duvidosos	138,7	56,8	+ 144,3	211,4	104,1	+ 103,1
3 Demais receitas/despesas	160,9	171,0	- 5,9	346,3	330,5	+ 4,8
3.1 Depreciação e amortização	151,4	155,8	- 2,8	312,7	308,6	+ 1,3
3.2 Outras receitas/despesas	9,4	15,1	- 37,6	33,6	21,9	+ 53,5
Total (1+2+3, s/ construção)	1.988,9	1.921,5	+ 3,5	4.049,0	4.061,6	- 0,3
Custo de construção	180,7	339,0	- 46,7	378,7	485,1	- 21,9
Total (1+2+3, c/ construção)	2.169,6	2.260,5	- 4,0	4.427,7	4.546,7	- 2,6

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

PMSO Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Pessoal	122,6	148,6	- 17,5	262,9	288,8	- 9,0
✓ Custos rescisórios	1,1	3,4	- 67,6	3,0	7,4	- 59,5
Fundo de pensão	5,2	5,7	- 9,6	11,1	11,6	- 4,4
Material	21,6	26,2	- 17,6	48,7	50,4	- 3,4
Serviços de terceiros	128,1	145,5	- 12,0	275,4	289,1	- 4,7
Outras	26,6	28,8	- 7,5	52,8	64,0	- 17,4
✓ Multas e compensações	3,5	1,7	+ 105,6	9,3	3,7	+ 152,2
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	14,9	12,8	+ 16,0	20,5	23,4	- 12,7
✓ Outros	8,3	14,3	- 42,1	23,1	36,9	- 37,4
Total PMSO Consolidado	304,0	354,7	- 14,3	650,9	703,9	- 7,5

A seguir, as despesas com PMSO por distribuidora:

PMSO Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
EMT	118,5	133,4	- 11,1	258,5	277,0	- 6,7
EMS	80,7	106,1	- 24,0	180,4	200,2	- 9,9
ETO	50,1	61,0	- 17,9	118,6	127,0	- 6,6
ESS	45,2	54,3	- 16,8	93,4	102,3	- 8,7

4.4 EBITDA

Resume-se, a seguir, a geração de caixa da Companhia:

EBITDA Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
(=) EBITDA	416,7	554,7	- 24,9	875,2	1.109,1	- 21,1
(+) Receitas de acréscimos moratórios	42,4	41,4	+ 2,3	92,5	85,4	+ 8,4
(=) EBITDA Ajustado	459,1	596,1	- 23,0	967,7	1.194,5	- 19,0
Margem EBITDA (%)	17,2	20,9	- 3,7 p.p.	17,5	20,7	- 3,2 p.p.
Margem EBITDA Ajustado (%)	18,9	22,4	- 3,5 p.p.	19,4	22,3	- 2,9 p.p.

O EBITDA e EBITDA Ajustado por distribuidora são os seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %
EMT	184,6	248,0	- 25,6	204,9	266,5	- 23,1
EMS	90,2	136,0	- 33,7	101,8	147,9	- 31,2
ETO	82,3	116,5	- 29,3	87,7	122,0	- 28,1
ESS	55,6	51,6	+ 7,7	60,7	57,1	+ 6,2
Rede Energia Consolidada	416,7	554,7	- 24,9	459,1	596,1	- 23,0
Margem EBITDA (%)	17,2	20,9	- 3,7 p.p.	18,9	22,4	- 3,5 p.p.

Descrição Valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado		
	6M20	6M19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
EMT	360,1	484,9	- 25,7	405,3	525,8	- 22,9
EMS	246,1	318,3	- 22,7	271,4	340,8	- 20,4
ETO	141,9	184,0	- 22,9	153,3	195,3	- 21,5
ESS	122,9	110,8	+ 10,9	133,7	121,6	+ 10,0
Rede Energia Consolidada	875,2	1.109,1	- 21,1	967,7	1.194,5	- 19,0
Margem EBITDA (%)	17,5	20,7	- 3,2 p.p.	19,4	22,3	- 2,9 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.5 Resultado financeiro

No 2T20, o resultado financeiro líquido refletiu despesas financeiras líquidas de R\$ 74,2 milhões, contra R\$ 82,8 milhões de despesas financeiras líquidas no 2T19.

Resultado Financeiro Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
Receitas financeiras	85,2	85,8	- 0,6	175,6	171,8	+ 2,2
Receita de aplicações financeiras	12,3	16,2	- 24,4	19,6	33,8	- 42,0
Acréscimos moratórios sobre contas em atraso	42,4	41,4	+ 2,3	92,5	85,4	+ 8,4
Atualização financeira de ativos regulatórios (CVA)	(0,9)	7,0	-	-	20,2	-
Atualização de créditos tributários a recuperar	(6,3)	5,4	-	-	8,9	-
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(1,8)	1,9	-	-	3,0	-
(-) Pis/Cofins sobre receita financeira	4,4	(4,1)	-	-	(8,3)	-
Outras receitas financeiras totais	35,2	18,0	+ 95,2	63,5	28,9	+ 119,7
Despesas financeiras	(159,5)	(168,6)	- 5,4	(360,1)	(273,2)	+ 31,8
Encargos de dívidas - juros	(93,7)	(105,7)	- 11,3	(191,1)	(211,1)	- 9,5
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(109,1)	12,0	-	(674,4)	(12,8)	+ 5.160,4
Instrumentos financeiros derivativos	123,8	(38,1)	-	660,2	2,8	+ 23.513,6
Ajuste a valor presente	0,3	(3,3)	-	4,1	(6,2)	-
Marcação a mercado derivativos	56,8	80,8	- 29,7	22,6	30,1	- 25,0
Marcação a mercado da dívida	(56,6)	(80,5)	- 29,7	(22,5)	(29,8)	- 24,5
Atualização financeira de passivos regulatórios	3,8	(2,6)	-	-	(10,1)	-
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	1,2	(2,5)	-	-	(4,9)	-
(-) Transferência de juros capitalizados para ordens em curso	0,4	0,7	- 49,0	0,7	1,2	- 43,1
Despesas bancárias	1,6	(1,5)	-	-	(3,0)	-
Incorporação de redes	(5,7)	(0,0)	+ 27.204,8	(16,1)	(20,4)	- 21,3
Despesa de Aval	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras totais	(82,3)	(28,0)	+ 194,4	(143,6)	(9,0)	+ 1.487,0
Resultado financeiro	(74,2)	(82,8)	- 10,3	(184,5)	(101,4)	+ 82,0

4.6 Lucro Líquido

No 2T20, a Rede Energia apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 136,6 milhões, contra R\$ 253,9 milhões no 2T19, redução de 46,2% (R\$ 117,3 milhões). Em 6M20, o lucro líquido totalizou R\$ 257,4 milhões, 52,1% (R\$ 279,6 milhões) abaixo do registrado em 6M19.

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
(=) Lucro Líquido	136,6	253,9	- 46,2	257,4	537,1	- 52,1
(-) Contribuição social e imposto de renda	(54,4)	(62,2)	- 12,6	(120,6)	(162,0)	- 25,6
(-) Resultado financeiro	(74,2)	(82,8)	- 10,3	(184,5)	(101,4)	+ 82,0
(-) Depreciação e amortização	(151,4)	(155,8)	- 2,8	(312,7)	(308,6)	+ 1,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	416,7	554,7	- 24,9	875,2	1.109,1	- 21,1
(+) Receita de acréscimos moratórios	42,4	41,4	+ 2,3	92,5	85,4	+ 8,4
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	459,1	596,1	- 23,0	967,7	1.194,5	- 19,0
Margem do EBITDA Ajustado (%)	18,9	22,4	- 3,5 p.p.	19,4	22,3	- 2,9 p.p.

A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas distribuidoras:

Lucro Líquido por Empresa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	2T20	2T19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
EMT	74,9	127,5	- 41,2	111,8	246,5	- 54,6
EMS	31,9	65,9	- 51,6	116,6	164,5	- 29,1
ETO	36,0	65,9	- 45,3	49,8	103,2	- 51,8
ESS	22,9	21,2	+ 7,8	46,8	52,5	- 10,9
Rede Energia Consolidada	136,6	253,9	- 46,2	257,4	537,1	- 52,1

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Estrutura de capital

5.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 2.524,1 milhões em junho, frente aos R\$ 2.171,4 milhões em março de 2020. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 257,8 milhões em junho e R\$ 195,7 milhões em março de 2020.

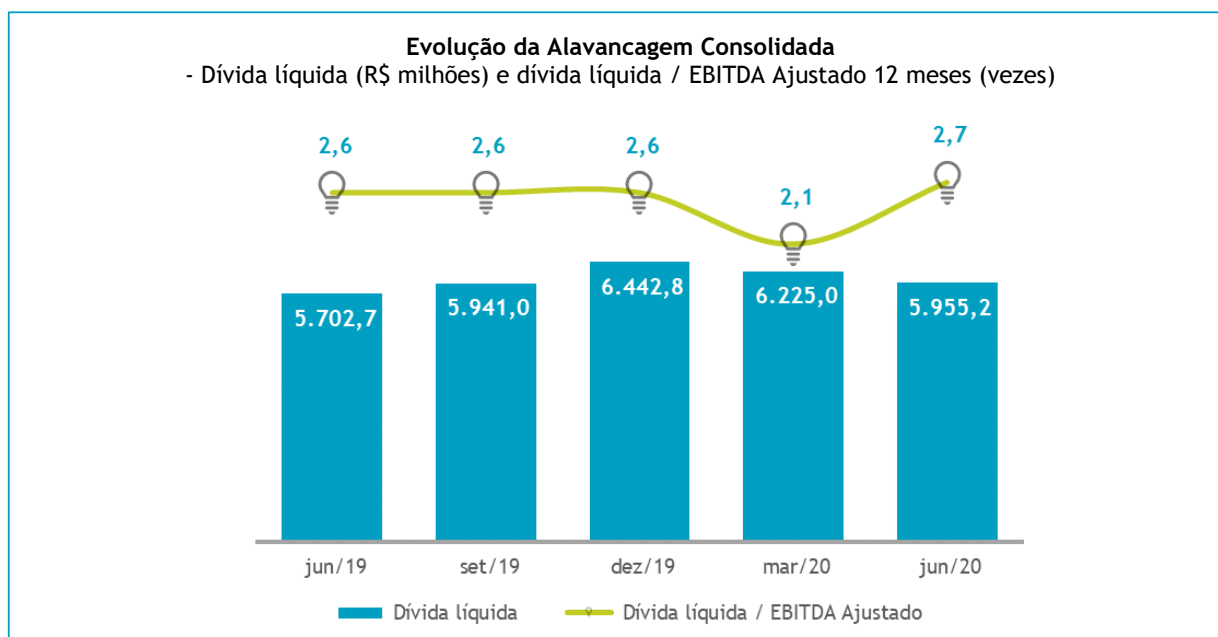
Em 30 de junho de 2020, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 5.955,2 milhões, contra R\$ 6.225,0 milhões em março de 2020. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado consolidado passou de 2,1 vezes em março para 2,7 vezes em junho de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	30/06/2020	31/03/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/03/2020	31/12/2019
Circulante	4,1	3,0	1,9	2.331,8	2.048,2	1.108,6
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1,0	0,7	-	1.645,0	1.175,0	750,1
Debêntures	3,1	2,2	1,4	960,5	956,0	304,4
Encargos de dívidas	-	-	0,5	48,8	42,7	31,8
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	45,9	46,4	46,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(368,4)	(171,9)	(24,0)
Não Circulante	220,1	213,4	206,8	6.147,6	6.348,1	6.695,4
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	157,2	151,9	146,9	3.540,6	3.874,8	3.508,4
Debêntures	62,9	61,4	60,0	2.915,8	2.853,3	3.283,6
Parcelamento de impostos e benefícios a empregados	-	-	-	320,7	317,2	314,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(629,5)	(697,1)	(410,7)
Total das dívidas	224,2	216,4	208,7	8.479,4	8.396,4	7.804,0
(-) Disponibilidades financeiras	136,4	199,0	62,7	2.266,3	1.975,7	1.029,8
Total das dívidas líquidas	87,7	17,4	146,0	6.213,1	6.420,7	6.774,2
(-) Créditos CDE	-	-	-	118,6	114,8	131,6
(-) Créditos CCC	-	-	-	18,2	19,1	19,9
(-) Créditos CVA	-	-	-	121,0	61,8	179,9
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	87,7	17,4	146,0	5.955,2	6.225,0	6.442,8
Indicador relativo						
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses ⁽¹⁾	-	-	-	2,7	2,1	2,6

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



6. Investimentos

No trimestre, os investimentos totalizaram de R\$209,4 milhões, redução de 34,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os investimentos realizados, por distribuidora, foram os seguintes:

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %	2T20	2T19	Var. %
EMT	73,1	161,1	- 54,6	49,7	5,2	+ 855,3	5,1	7,0	- 27,2	127,9	173,3	- 26,2
EMS	46,7	54,1	- 13,8	2,7	3,8	- 29,1	2,7	3,4	- 21,1	52,0	61,3	- 15,1
ETO	45,1	68,8	- 34,5	0,8	4,1	- 80,9	2,2	3,4	- 34,6	48,1	76,3	- 37,0
ESS	44,6	36,9	+ 20,8	1,9	3,7	- 48,5	2,3	2,6	- 13,2	48,7	43,2	+ 12,8
Total	209,4	320,9	- 34,7	55,1	16,8	+ 227,7	12,3	16,4	- 25,2	276,7	354,1	- 21,8

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	6M20	6M19	Var. %	6M20	6M19	Var. %	6M20	6M19	Var. %	6M20	6M19	Var. %
EMT	155,6	326,5	- 52,4	114,6	(2,1)	-	7,8	9,7	- 19,9	277,9	334,1	- 16,8
EMS	88,2	106,1	- 16,9	9,7	7,2	+ 34,2	5,3	5,5	- 2,8	103,2	118,8	- 13,2
ETO	90,0	129,5	- 30,5	3,6	5,2	- 30,4	4,6	5,0	- 8,4	98,2	139,7	- 29,7
ESS	83,9	59,1	+ 41,9	6,1	6,9	- 11,5	4,3	6,0	- 27,8	94,3	72,0	+ 31,0
Total	417,6	621,2	- 32,8	134,0	17,2	+ 678,9	22,0	26,2	- 15,9	573,6	664,6	- 13,7

7. Dividendos

O Conselho de Administração da Rede Energia Participações S/A (“Companhia”) em reunião realizada nesta data deliberou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 196,3 milhões, equivalente a R\$ 0,093 por ação ordinária de emissão da Companhia, apurados conforme resultados da Companhia até 30 de junho de 2020. O pagamento será efetuado a partir de 26 de agosto de 2020. De acordo com a legislação vigente não haverá desconto relativo ao Imposto de Renda na Fonte e farão jus aos dividendos os acionistas da Companhia detentores de ações 18 de agosto de 2020, respeitadas as negociações em Bolsa até esta data. Dessa forma, a partir 19 de agosto de 2020, as ações da Companhia serão negociadas “ex-dividendos”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Eventos subsequentes

Revisão tarifária - controlada ETO

Em 03 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.720 e Nota Técnica nº 109/2020-SGT/ANEEL homologou a 5ª revisão tarifária, em vigorar a partir de 04 de julho de 2020 da controlada indireta ETO. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação à tarifa atualmente praticada será um aumento de 7,17%.

Reajuste tarifário - controlada ESS

Em 07 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.722 e Nota Técnica nº 114/2020-SGT/ANEEL, homologou reajuste tarifário, em vigorar a partir de 12 de julho de 2020 da controlada indireta ESS. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 4,87%.

Empréstimo da CONTA COVID-19 - controladas distribuidoras de energia elétrica

Em 18 de maio de 2020, foi instituído pelo Decreto nº 10.350/2020 a criação da CONTA-COVID, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

Por conta disto as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R\$808.209.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Segue os valores contratados pelas controladas:

Controladas	Ativo financeiro setorial	Entrada de recursos - 31/7/2020 (*)	Entrada de recursos - 12/8/2020 (**)	Estimativa de entrada de recursos - set/2020 a jan/2021
Energisa Mato Grosso	377.985	206.454	31.347	140.184
Energisa Mato do Grosso do Sul	296.268	231.491	24.574	40.203
Energisa Tocantins	36.560	23.162	4.045	9.353
Energisa Sul Sudeste	97.396	97.396	-	-
Total	808.209	558.503	59.966	189.740

(*) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020 e

(**) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020.

Antecipação de dividendos do exercício de 2020 - Companhia e Controlada

Em Ata de Reunião da Diretoria e do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial da Companhia e de controlada de 30 de junho de 2020, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação R\$	Data pagamento
Intercalares:			
Rede Energia participações S/A	196.260	0,093000 ON	A partir de 26 de agosto de 2020
Rede Power do Brasil S/A	20.000	76,078200 ON	A partir de 14 de agosto de 2020

9. Serviços prestados pelo auditor independente

No primeiro semestre de 2020, a remuneração total dos auditores Ernst & Young Auditores Independentes S.S. pela revisão contábil das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foi de R\$ 827 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Rede Energia Participações S.A.
Notas explicativas às informações trimestrais para o
período findo em 30 de junho de 2020
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S.A (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

A Rede Energia possui o direito de explorar indiretamente, concessões e/ou autorização de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”) (*)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027

(*) A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de uma usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027, muito embora, possuindo uma usina termelétrica para atendimento de sistemas isolados, a principal atividade da controlada é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

As Distribuidoras controladas diretas e indireta são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 10, 11, 15, 19 e 31, respectivamente.

Serviços

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Comercialização de energia elétrica

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado. Alguns credores apresentaram embargos de declaração contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a

Notas Explicativas

decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, o qual não foi admitido em exame de admissibilidade realizado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. No momento, monitora-se a interposição de Agravo em Recurso Especial contra esta última decisão.

A posição em 30 de junho de 2020 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$298.450, dos quais R\$162.983 refere-se a Empréstimos, R\$65.977 a Debêntures e R\$69.490 a Fornecedores, são como segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	203.536	61.775	265.311
(+) Atualização (1)	10.321	3.118	13.439
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	22.468	5.114	27.582
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(27.611)	(13.802)	(41.413)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	208.714	56.205	264.919
(+) Atualização (1)	1.111	248	1.359
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	6.530	1.863	8.393
Saldos em 31 de março de 2020	216.355	58.316	274.671
(+) Atualização (1)	1.111	248	1.359
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	6.704	15.716	22.420
Saldos em 30 de junho de 2020	224.170	74.280	298.450

(1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período na controladora e consolidado.

(2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia e sua controlada consideraram como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

Efeitos da COVID-19

Contexto

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Em 25 de março de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 878/2020 em resposta às medidas de isolamento social e restrição à mobilidade, e autorizou a flexibilização de algumas obrigações do contrato de concessão que foram prorrogadas até 31 de dezembro de 2020, tendo restringido a suspensão do fornecimento de energia para clientes residenciais baixa renda e serviços essenciais. As medidas de isolamento, combinado com as restrições a suspensão de fornecimento em razão de inadimplência a determinados grupos de consumidores, vem provocando queda no consumo e na arrecadação das concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

Impactos observados no trimestre findo em 30 de junho de 2020

Decorridos mais de 100 dias dos efeitos da pandemia no Brasil, pode-se notar com mais clareza os impactos sentidos pelos diversos agentes sociais e econômicos. Na Companhia e em suas controladas os maiores impactos foram aqueles relacionados ao fornecimento de energia devido a retração do mercado consumidor e incremento da inadimplência pelo impedimento do corte no fornecimento de energia elétrica o que impacta diretamente o fluxo de arrecadação, com reflexo nas Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD).

Os eventos impactaram diretamente o resultado do Grupo no período findo de 30 de junho de 2020, por outro lado, haverá neutralidade destes eventos no seu fluxo de caixa originados pelo repasse da conta COVID, ao passo em que os efeitos no resultado serão neutralizados nas revisões tarifárias extraordinárias.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, baseado em suas melhoras estimativas, realizaram os cálculos de perdas esperadas com o aumento da inadimplência em decorrência dos impactos da COVID-19, conforme valores apurados abaixo:

Controladas	Provisão Perdas com inadimplência		
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/04/2020 a 30/06/2020	Total 30/06/2020
Energisa Mato Grosso	9.262	50.283	59.545
Energisa Mato do Grosso do Sul	5.088	17.341	22.429
Energisa Tocantins	919	6.860	7.779
Energisa Sul Sudeste	1.887	4.554	6.441
Total	17.156	79.038	96.194

As controladas têm implementado ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails e realizando campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos. Sensível a deterioração do cenário econômico, as controladas vêm divulgando planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital.

A Companhia e suas controladas seguem acompanhando os efeitos da retração econômica, bem como das ações governamentais de proteção ao consumidor para refletir de forma tempestiva a realização do seu contas a receber, o qual foi ajustado para considerar as perdas esperadas em 30 de junho de 2020.

Sobrecontratação de energia elétrica

Desde o início da pandemia a Companhia e suas controladas vem trabalhando de forma ágil e eficiente nos níveis de compra de energia buscando a adequação dos limites regulatórios. Todavia, o cenário da pandemia tem tornado a sobrecontratação do setor de distribuição no Brasil em níveis fora dos desejados pela ANEEL devido sobretudo a retração da economia brasileira. A Companhia e suas controladas seguem atentas e monitorando os níveis de sobrecontratação no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição.

Neste sentido, destaca-se que dentre as medidas elaboradas pelo Poder Executivo para contenção dos efeitos da pandemia, foi publicado o Decreto 10.350/2020 que, dentre outros, alterou a redação do Decreto 5.163/2004 de modo a reconhecer a *redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19 apurada conforme regulação da Aneel* como exposição contratual involuntária de modo a mitigar os efeitos da sobrecontratação. Esta medida ainda será detalhada por meio de normatização a ser publicada pela ANEEL.

Equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, por meio da Medida Provisória nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.350/2020 e com base nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, reconheceu que os impactos causados pela pandemia COVID são factíveis de avaliação do equilíbrio contratual. A Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020 estabeleceu que o processo de discussão pública acerca do equilíbrio dos contratos será instaurado em até 60 dias.

No período findo em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas não reconheceram ativo financeiro setorial referente ao equilíbrio contratual em suas informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Medidas operacionais e financeiras adotadas para enfrentamento da pandemia

Atenta aos efeitos causados pela pandemia na economia global e, notadamente no Brasil, a Companhia e suas controladas adotaram medidas preventivas necessárias para minimizar tais efeitos em seus negócios, dentre as quais destacam-se:

Pessoas

- Criação de um Comitê de Crise para avaliar de forma contínua os possíveis impactos e a eficácia das medidas adotadas pela Companhia e suas controladas além de monitorar todas as determinações das autoridades competentes;
- Disponibilização de um canal de atendimento de saúde telefônico 24 horas por dia a todos os colaboradores e distribuição de máscaras para os colaboradores que atuam diretamente em contato com o público;
- Afastamento domiciliar monitorado em casos de colaboradores que apresentem os sintomas da COVID-19;
- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho;
- Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;
- Suspensão das viagens internacionais e nacionais, exceção em casos de extrema necessidade;
- Reforço na higienização dos ambientes de trabalho;
- Redução da jornada de trabalho em 25% e suspensão temporária do contrato de trabalho para parte dos colaboradores como medida de prevenção ao emprego seguindo as orientações da Medida Provisória 936/2020.

Sociedade

As controladas criaram o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações nos Estados onde distribuem energia (MG, SP, PR, MS, MT e TO). As principais ações são:

- Doação de ventiladores pulmonar;
- Doação de mais de 70 mil máscaras e 500 protetores faciais para a população de alto risco e hospitais;
- Apoio para a capacitação profissional com abertura de 100 mil vagas em cursos de educação a distância, em parceria com o CNI e Senai, voltados a competências da indústria 4.0;
- Disponibilidade de carros de som e ações em rádios locais como forma de comunicação mais efetiva quanto a ações de prevenção a pandemia em cidades com baixo IDH;
- Custeio de obras em hospitais para aumento de novos leitos e outros reforços estruturais para auxílio no atendimento de pacientes com COVID-19;
- Doação de R\$1.125 para a Fiocruz na campanha “Unidos contra a COVID-19” no intuito de auxiliar a instituição na produção de testes rápidos para o diagnóstico da doença;
- Doação de R\$1.555 para o programa “Estímulo 2020” para viabilizar crédito rápido e barato para micro e pequenos empreendedores no sul do Estado de Minas Gerais; e
- Doação de R\$361 para a Unesco com o objetivo de viabilizar o combate a fome distribuindo toneladas de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Financeiras

- Revisão do Plano de Investimentos para o ano de 2020 onde de forma prudente diante dos cenários de incertezas, a Companhia e suas controladas optaram por postergar investimentos na ordem de R\$ 272.600 ressaltando que foram preservados os investimentos essenciais para a continuidade das operações. As obras em andamento nas controladas distribuidoras de energia elétrica não sofreram impactos relevantes;
- Busca pela redução das despesas gerenciáveis entre 7% a 12% do volume registrado em 2019;
- Foram contratados novos empréstimos e liquidados outros que possuíam vencimentos ao longo do exercício de 2020;
- Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia e suas controladas revisaram seus planejamentos estratégicos e sensibilizaram suas premissas quanto ao valor recuperável dos ativos em função dos novos cenários da pandemia, todavia, não foram identificados impactos relevantes em nossas informações financeiras trimestrais; e
- Medidas de Assistência Governamental: (i) postergação do recolhimento do Pis, Cofins e da contribuição previdenciária patronal das competências de março, abril e maio para os meses de agosto, outubro e

Notas Explicativas

novembro de 2020 nos montantes de R\$179.297 e de R\$16.183, respectivamente, com impacto no caixa; (ii) postergação do recolhimento do FGTS das competências de abril, maio e junho para pagamento em 6 parcelas mensais, iniciando em julho de 2020 no valor total de R\$5.824; (iii) postergação da compensação ao consumidor pela violação dos limites de DEC e FEC no montante de R\$9.130; e (iv) determinação do desconto de 100% do consumo de energia elétrica até 220 KWh/mês no período de 01 de abril a 30 de junho de 2020 e prorrogado até 31 de julho de 2020 em que as controladas, distribuidoras de energia elétrica, serão ressarcidas integralmente pelos recursos originários da conta CDE.

A Companhia e suas controladas seguem comprometidas com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como é orientado pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019”), publicadas na imprensa oficial em 17 de março de 2020.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de agosto de 2020.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na nota explicativa 3.3 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 06 (R2) | Arrendamentos e CPC 00 (R2) | Conceptual Framework - Estrutura conceitual para relatório financeiro.

CPC 00 (R2) | Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como Conceptual Framework, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

As alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações

Notas Explicativas

contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) | Arrendamentos

Em 7 de julho de 2020 a CVM, junto ao nosso comitê de práticas contábeis, deliberou alterações relevantes quanto ao CPC06 (R2) quanto aos requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e de suas controladas. Tais mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações nas informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas também avaliaram os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o período e não identificou qualquer impacto ou alterações nas informações financeiras intermediárias da Companhia e de suas controladas.

3. Informações financeiras intermediárias consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as informações financeiras intermediárias da Rede Energia e suas controladas. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Rede Energia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Rede, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo Energisa. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Notas Explicativas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/06/2020	31/12/2019
Controladas diretas			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	57,68	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	Comerc. Energia	99,90	99,90
Rede Power Holding Energia S.A. (2)	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
Controlada indireta			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (1) e (2)	Distribuição de energia	35,92	35,92

(1) Companhia aberta; e

(2) A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição de energia elétrica, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	30/06/2020		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	4.990.220	-	4.990.220
Receitas Intersegmentos	-	19.306	19.306
Total	4.990.220	19.306	5.009.526
Receitas Financeiras	145.122	30.505	175.627
Despesas Financeiras	(302.853)	(57.269)	(360.122)
Total	(157.731)	(26.764)	(184.495)
Amortização e depreciação	311.720	968	312.688
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	403.522	(25.521)	378.001

Notas Explicativas

	30/06/2019		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	5.347.210	-	5.347.210
Receitas Intersegmentos	-	18.972	18.972
Total	5.347.210	18.972	5.366.182
Receitas Financeiras	147.724	24.131	171.855
Despesas Financeiras	(252.437)	(20.806)	(273.243)
Total	(104.713)	3.325	(101.388)
Amortização e depreciação	307.736	864	308.600
Resultado por segmento antes do imposto de renda e contribuição social	686.669	12.411	699.080

	Distribuição	Serviços	30/06/2020	31/12/2019
Ativos dos segmentos	19.488.507	1.493.754	20.982.261	18.720.544
Ativo circulante	6.092.686	236.433	6.329.119	4.852.870
Ativo não circulante	13.395.821	1.257.321	14.653.142	13.867.674
Passivos dos segmentos	14.250.376	1.704.511	15.954.887	14.019.879
Passivo circulante	5.025.151	28.895	5.054.046	3.270.413
Passivo não circulante	9.225.225	1.675.616	10.900.841	10.749.466

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Receita				
Receita líquida total de segmentos	2.435.113	5.009.526	2.670.165	5.366.182
Eliminação de receitas intersegmentos	(9.566)	(19.306)	(10.692)	(18.972)
Receita líquida consolidada	2.425.547	4.990.220	2.659.473	5.347.210
Amortização e depreciação				
Amortização e depreciação total de segmentos	151.415	312.688	155.840	308.600
Depreciação e amortização consolidada	151.415	312.688	155.840	308.600
Receita financeira				
Receita financeira total de segmentos	85.252	175.627	85.783	171.855
Eliminação de receitas intersegmentos	(21)	(27)	(6)	(11)
Receita financeira consolidada	85.231	175.600	85.777	171.844
Despesa financeira				
Despesa financeira total de segmentos	(159.492)	(360.122)	(168.589)	(273.243)
Eliminação de despesa intersegmentos	21	27	6	11
Despesa financeira consolidada	(159.471)	(360.095)	(168.583)	(273.232)
Lucros				
Totais de lucros dos segmentos	191.033	378.001	316.175	699.080
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	191.033	378.001	316.175	699.080

	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativo total dos segmentos	20.982.261	18.720.544
Outros valores não alocados	(12.375)	(10.123)
Total Ativo consolidado	20.969.886	18.710.421
Passivo		
Passivo total dos segmentos	15.954.887	14.019.879
Outros valores não alocados	(12.375)	(10.123)
Total passivo consolidado	15.942.512	14.009.756

Notas Explicativas

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de junho de 2020 equivale a 99,8% do CDI (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários à vista	1.559	764	76.479	108.638
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	82.581	3.665	1.006.114	131.619
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	53.705	-	805.148	-
Compromissadas ⁽¹⁾	28.876	3.665	200.966	131.619
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	84.140	4.429	1.082.593	240.257

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 30 de junho de 2020 equivale a 67,3% do CDI (109,0% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	52.287	58.266	1.183.699	789.494
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	75.518	15.110
Letra Financeira ⁽¹⁾	-	-	9.646	-
Fundos de Investimento ⁽²⁾	31	30	2.258	26.003
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽³⁾	52.256	58.237	997.160	651.117
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	2.316	1.331	29.967	15.023
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	219	149	2.828	1.688
Operações compromissadas	11.555	6.564	222.938	74.120
Títulos públicos	8.791	12.526	158.452	138.326
Fundo Multimercado	-	-	13.333	-
Fundo de Renda Fixa	6.853	11.283	98.126	127.398
Letra financeira do tesouro (LFT)	20.426	24.754	324.348	276.563
Letra financeira (LF)	452	20	9.820	223
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	511	486	14.391	5.365
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	1.133	1.124	122.957	12.411
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽⁴⁾	-	-	99.117	97.264
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁵⁾	52.287	58.267	1.183.699	789.494
Circulante	52.287	58.267	1.084.582	692.230
Não circulante	-	-	99.117	97.264

(1) Letra Financeira - LF com vencimento em 22/07/2020, remuneradas a 108% do CDI - Banco Safra.

(2) Fundo de investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -195,9% a 102,8% (92,1 % a 107,7% em 31 de dezembro de 2019) e média ponderada 41,2% (95% em 31 de dezembro de 2019) do CDI.

(3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LTN, LF, NTNB são remuneradas 30,47% do CDI Fundo Cataguases, 102,5% (105,2% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo FI Energisa e 36,4% (115,7% em 31 de dezembro de 2019) do CDI Fundo Zona da Mata.

(4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

Notas Explicativas

(5) Inclui na controladora R\$31 (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado, R\$176.917 (R\$138.402 em 31 de dezembro de 2019) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Depósito judicial credores	31	30	2.375	2.174
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	99.117	97.264
Luz para todos	-	-	73.056	36.866
Outros	-	-	2.369	2.098
Total	31	30	176.917	138.402

6. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das informações financeiras intermediárias.

	Saldo a vencer		Saldo vencidos				PPECLD ⁽⁶⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/06/2020	31/12/2019
Valores correntes:									
Residencial	187.446	-	293.315	77.437	11.724	14.406	(118.070)	466.258	526.565
Industrial	93.404	-	24.020	5.703	9.231	24.038	(28.499)	127.897	154.709
Comercial	125.400	-	67.702	22.408	13.736	28.371	(47.839)	209.778	254.049
Rural	90.183	-	44.483	14.932	8.029	4.909	(8.818)	153.718	138.794
Poder público	38.732	-	14.206	3.089	1.643	4.709	(7.336)	55.043	82.164
Iluminação pública	16.340	-	8.597	1.475	1.729	3.014	(4.736)	26.419	22.379
Serviço público	31.475	-	16.878	1.796	2.622	51.054	(62.208)	41.617	42.023
Fornecimento não faturado	670.867	-	-	-	-	-	-	670.867	722.707
Arrecadação Processo Classificação	19.383	-	-	-	-	-	-	19.383	19.244
Valores renegociados:									
Residencial	17.409	45.460	13.645	6.898	4.698	36.351	(67.620)	56.841	50.021
Industrial	7.871	17.104	2.082	677	1.302	10.788	(16.926)	22.898	11.986
Comercial	12.620	68.637	5.111	2.206	1.863	12.664	(35.750)	67.351	49.688
Rural	4.190	12.492	2.527	1.168	996	3.664	(14.914)	10.123	12.805
Poder público ⁽¹⁾	12.077	123.283	2.243	190	66	1.209	(3.573)	135.495	146.186
Iluminação pública	2.647	10.219	514	25	-	7	(256)	13.156	14.182
Serviço público	134	4.385	181	29	95	3.318	(3.545)	4.597	701
(-) Ajuste valor presente ⁽²⁾	(242)	(30.178)	-	-	-	-	-	(30.420)	(38.675)
Subtotal -clientes	1.329.936	251.402	495.504	138.033	57.734	198.502	(420.090)	2.051.021	2.209.528
Suprimento Energia - Moeda Nacional ⁽³⁾	51.617	-	-	-	-	21.027	-	72.644	105.702
Redução do uso do sistema de distribuição ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Outros ⁽⁵⁾	2.732	-	247.967	28.633	2.300	138.381	(17.578)	402.435	350.559
Total	1.384.285	251.402	743.471	166.666	60.034	370.111	(437.668)	2.538.301	2.677.990
Circulante								1.987.350	2.171.886
Não Circulante								550.951	506.104

(1) Poder Público - inclui R\$88.550 (R\$89.929 em 31 de dezembro de 2019), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor em incidência de juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042).

(2) Ajuste a valor presente- calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 2,58% a.a. (4,60% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

(3) Suprimento de energia - moeda nacional - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	30/06/2020	31/12/2019
Créditos a vencer	51.617	84.675
Créditos vinculados a liminares ^(a)	21.027	21.027
Subtotal créditos CCEE	72.644	105.702
(-) Aquisições de energia na CCEE	(94.545)	(175.402)
(-) Encargos de serviços do sistema	(4.191)	(1.998)
Total débitos CCEE	(26.092)	(71.698)

(a) Valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (4) Redução do uso do sistema de distribuição - os valores objetivam recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 31 de dezembro de 2019), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (5) Outros - ICMS - as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$375.546 (R\$325.853 em 31 de dezembro de 2019) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24) no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (6) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Na constituição de perdas esperadas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que neste momento estão agravadas pelo cenário da pandemia do COVID-19 onde a suspensão do fornecimento de energia elétrica pelas concessionárias foi proibida pelo regulador como uma medida de proteção aos consumidores dado o caráter essencial do consumo de energia elétrica. Embora a previsão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas, uma vez que as concessionárias voltarão a ter a possibilidade de suspensão da energia, muito embora o Governo Federal tenha postergado a suspensão da medida até 31 de dezembro de 2020. Outro fator atenuante são as medidas de auxílio as concessionárias sinalizadas pelo regulador como contrapartida ao socorro dado aos consumidores como já anteriormente exposto. Em resumo, além da base histórica como métrica para a mensuração das perdas esperadas condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia e suas controladas para cálculo final das perdas esperadas.

Segue movimentação das provisões:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldos em 31/12/2019 e 31/12/2018	378.079	319.890
Provisão constituída no período/exercício (*)	211.423	138.036
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(67.682)	(79.847)
Saldos em 30/06/2020 e 31/12/2019	521.820	378.079
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	437.668	296.222
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7)	70.171	69.655
Outros créditos - outros (uso mútuo de postes) vide nota explicativa nº12	13.981	12.202
	521.820	378.079

(*) Do total de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no período findo em 30 de junho de 2020 de R\$211.423 (R\$138.036 em 31 de dezembro de 2019), inclui R\$96.194 decorrente do aumento de inadimplência identificado pelos impactos da COVID-19.

Notas Explicativas

7. Títulos de créditos a receber

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá ⁽¹⁾	8.757	10.943
Precatório de Órgãos Públicos Municipais ⁽¹⁾	67.525	67.780
Títulos de créditos a receber ^(2,3,4 e 5)	40.341	40.672
Ajuste a valor presente ^(1, 3 e 4)	(22.725)	(22.797)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ^(1,2,3 e 4)	(70.171)	(69.655)
	23.727	26.943
Circulante	15.396	16.275
Não circulante	8.331	10.668

Em 30 de junho de 2020, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

	Consolidado (*)
Vencidos	6.862
2020	6.218
2021	7.894
2022	835
2023 em diante	72.089
Total	93.898

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Controlada EMT

(1) Precatórios de Órgãos Públicos Municipais

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$8.757 (R\$10.943 em 31 de dezembro de 2019):

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebido 48 parcelas, restando 19 parcelas corrigidas pela taxa de 0,5% ao mês.

Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

Prefeituras	30/06/2020	31/12/2019
Prefeitura Municipal de Alta Floresta (ii)	2.787	3.042
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590	56.590
Total	67.525	67.780

(ii) Inclui ajuste a valor presente no valor de R\$21 referente ao precatório de Alta Floresta.

- (iii) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$67.525 (R\$67.780 em 31 de dezembro de 2019), vencidos a partir de 27 de julho de 1998. O montante foi transferidos da rubrica de clientes, consumidores e concessionárias e todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. Do montante, R\$64.738 (R\$64.738 em 31 de dezembro de 2019) encontra-se provisionado.

(2) Crédito de carbono:

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 30 de junho de 2020 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2019) que se encontra totalmente provisionado.

Notas Explicativas

(3) Controlada ESS:

- (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 31 de dezembro de 2019), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 31 de dezembro de 2019) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 31 de dezembro de 2019).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mútuo de postes e outros no montante de R\$3.112 (R\$3.231 em 31 de dezembro de 2019). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 31 de dezembro de 2019).
- (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$852 (R\$852 em 31 de dezembro de 2019), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório no montante de R\$290 (R\$290 em 31 de dezembro de 2019).

(4) Controlada ETO:

A controlada ETO registrou o montante de R\$11.254 (R\$11.466 em 31 de dezembro de 2019), como segue:

- (i) R\$7.871 (R\$8.088 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	30/06/2020	31/12/2019
Paraíso	1.208	1527
Taguatinga	3.700	3.945
Divinópolis (*)	258	258
Miranorte	220	386
Porto Nacional (*)	651	651
Sítio Novo (*)	-	771
Santa Fé do Araguaia (*)	1.030	260
Outras (*)	804	290
Total	7.871	8.088

(*) A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$2.743 (R\$2.227 em 31 de dezembro de 2019).

- (ii) Inclui R\$3.029 (R\$3.029 em 31 de dezembro de 2019), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R\$354 (R\$349 em 31 de dezembro de 2019) referente à outros títulos de créditos.

A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13 e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$71 (R\$137 em 31 de dezembro de 2019) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do período no consolidado.

(5) Controlada CTCE:

- (i) R\$864 (R\$864 em 31 de dezembro de 2019), outros títulos a receber junto a terceiros, pela controlada.

Notas Explicativas

8. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019
QMRA Participações S.A.	148	-
Multi Energisa Serviços S/A	-	2.890
Total - Circulante	148	2.890

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	157.117	176.113
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	31.429	30.919	368.408	345.116
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.429	1.411	89.469	93.377
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	66.531	73.149
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins (*)	-	-	260.969	212.704
Outros	2.090	826	32.060	31.137
Total	34.948	33.156	974.554	931.596
Circulante	34.780	9.573	544.610	488.126
Não circulante	168	23.583	429.944	443.470

(*) As controladas ETO e ESS (especificamente referente a Cia Força e Luz do Oeste, incorporada em julho/2017 pela ESS), constituíram créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$260.969 (R\$ 212.704 em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$231.499 (R\$212.704 em 31 de dezembro de 2019) e R\$29.470, respectivamente, referente a redução do ICMS na base de cálculo após suas ações transitarem em julgado, baseado na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que no período montou em R\$11.845, contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do período. As controladas estabelecerão procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado suas apurações, conforme nota explicativa nº 29.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

10. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos - consolidado

10.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.570, de 09/07/2019	1,30%	12/07/2019
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
EMT (*)	Resolução 2.672, de 07/04/2020	2,47%	08/04/2020
EMS (*)	Resolução 2.671, de 07/04/2020	6,90%	08/04/2020

Notas Explicativas

(*) As resoluções 2.671 e 2.672, devido a pandemia do COVID-19, permitiram o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 das controladas EMT e EMS, tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros. Os reajustes tarifários foram aplicados a partir do 01 de julho de 2020.

10.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada cinco anos na ETO, EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

10.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$ 1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$ 4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passou a ser R\$ 6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Notas Explicativas

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

Em função da Pandemia, da COVID-19 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em 26 de maio de 2020 em Reunião Pública da Diretoria, divulga medida emergencial para aliviar a conta de energia elétrica dos consumidores e auxiliar o setor elétrico em meio ao cenário atual, decidindo manter a bandeira verde acionada até 31 de dezembro de 2020.

No período findo as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	30/06/2020	30/06/2019
Janeiro	Amarela	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maió	Verde	Amarela
Junho	Verde	Verde

10.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras controladas é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, as controladas, recorreram a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

No período findo em 30 de junho de 2020, os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$3.564 (R\$3.564 em 31 de dezembro de 2019) que deverão ser compensados.

Para o exercício de 2020 e em função da pandemia, a controlada distribuidora de energia EMT vem apresentando um excedente ao limite regulatório (100% e 105%). Contudo o Governo já reconheceu pelo Decreto 10.350 de 18 de maio de 2020 a involuntariedade da redução de carga decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19, o que afasta o risco de impacto financeiro. Desta forma, no intuito de minimizar os impactos de sobrecontratação a Companhia e suas controladas vêm realizando seus melhores esforços na utilização dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) de Energia Existente e de Energia Nova, Mecanismos de Venda de Excedente (MVEs), bem como a realização de acordos bilaterais com geradores. As demais controladas EMS, ESS e ETO não apuraram excesso ao limite regulatório.

Notas Explicativas

11. Ativos e Passivos financeiros setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços. Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2019	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldos em 30/06/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	382.803	(16.401)	(206.979)	(2.067)	36.864	194.220	52.709	141.511	194.220	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.526	-	(3.849)	-	(569)	108	108	-	108	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	76.686	29.759	(25.368)	934	(50)	81.961	48.007	33.954	81.961	-
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	11.753	4.542	(5.023)	112	-	11.384	6.208	5.176	11.000	384
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	94.432	23.086	-50.693	966	6.201	73.992	48.023	25.969	73.344	648
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	-	29.049	-	165	-3.431	25.783	-	25.783	24.440	1.343
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	5.595	112.029	(4.189)	116	29.705	143.256	-	143.256	143.107	149
CUSD	309	158	(288)	3	(10)	172	133	39	172	-
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	173.779	23.189	(71.905)	1.449	-	126.512	91.112	35.400	126.510	2
Garantias ⁽⁷⁾	2.547	977	(1.023)	36	-	2.537	610	1.927	2.284	253
Saldo a compensar ⁽⁸⁾	3.320	16.202	(4.160)	(73)	(3.008)	12.281	6.276	6.005	9.739	2.542
Efeitos postergação tarifárias ⁽⁹⁾	-	60.227	-	144	-	60.371	-	60.371	60.371	-
Outros itens financeiros ⁽¹⁰⁾	1.722	1	(1.034)	-	-	689	13	676	680	9
Total Ativo	757.472	282.818	(374.511)	1.785	65.702	733.266	253.199	480.067	722.936	5.330

Passivos financeiros setoriais	Saldos em 31/12/2019	Despesa Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldos em 30/06/2020	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(5.401)	-	36.864	31.463	31.463	-	31.463	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	219.031	143.003	(114.918)	2.222	-	249.338	87.790	161.548	249.338	-
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	696	-	(646)	-	(50)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	-	(690)	-	25	6.201	5.536	-	5.536	5.526	10
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	-	10.048	(914)	93	(569)	8.658	3.419	5.239	8.550	108
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	56.651	14.797	(28.917)	787	(3.431)	39.887	39.887	-	39.887	-
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	115.465	(15.831)	(66.584)	811	29.705	63.566	52.884	10.682	60.384	3.182
Devoluções Tarifárias ⁽⁵⁾	171.839	38.478	(6.730)	2.764	-	206.351	397	205.954	48.174	158.177
CUSD	1.840	513	(1.826)	59	(10)	576	520	56	570	6
Saldo a compensar ⁽⁸⁾	12.020	1.747	(3.627)	(232)	(3.008)	6.900	5.716	1.184	6.866	34
Total Passivo	577.542	192.065	(229.563)	6.529	65.702	612.275	222.076	390.199	450.758	161.517
Saldo Líquido	179.930	90.753	(144.948)	(4.744)	-	120.991	31.123	89.868	277.178	(156.187)

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN. Inclui-se R\$ 83.410 constituídos no segundo trimestre referente ao recebimento CCEE de alívio de caixa devido a pandemia do COVID-19.

Notas Explicativas

- (3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- (4) **Repasso de sobrecontratação de energia (energia excedente):** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (5) **Devoluções tarifárias:** refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre submercados.
- (7) **Garantias financeiras:** repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (8) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (9) **Efeitos postergação tarifárias:** devido a pandemia do COVID-19, as controladas que passaram por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitaram a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para a partir de 01 de julho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da conta de desenvolvimento energético - CDE em iguais montantes financeiros.
- (10) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como diferimentos financeiros, repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Subvenção Baixa renda ⁽¹⁾	-	-	40.667	27.222
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	126.006	144.891
Ordens de desativação em curso ⁽²⁾	-	-	(2.949)	(7.209)
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	11.575	9.223
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.338	1.374
Adiantamentos a fornecedores e empregados	301	87	22.586	19.948
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽³⁾	-	-	77.958	104.344
Banco Daycoval ⁽⁴⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval ⁽⁴⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁵⁾	-	2.771	84.784	90.106
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁵⁾	-	-	(28.695)	(29.635)
Sub-rogação do CCC ⁽⁶⁾	-	-	18.233	19.909
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁷⁾	-	-	30.713	28.131
Padrão de Energia	-	-	3.260	3.260
Despesas pagas antecipadamente	-	-	34.684	37.929
Créditos a receber de terceiros	1.663	1.663	4.782	4.782
Créditos Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	18.365	18.365
Provisões de créditos - Eletrobrás LPT	-	-	(14.916)	(13.138)
Créditos Fiscais	-	-	3.962	3.962
Aquisição de combustível para conta CCC ⁽⁹⁾	-	-	56.037	99.069
Outros ⁽¹⁰⁾	3.964	7.860	18.768	22.250
Total	5.928	12.381	507.158	584.783
Circulante	3.002	7.211	433.192	507.368
Não circulante	2.926	5.170	73.966	77.415

- (1) **Subvenção Baixa renda - consolidado:** esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. Os saldos em aberto referem-se as provisões de maio e junho de 2020, sobre os quais a Administração não espera apurar perdas na realização em sua realização.

Notas Explicativas

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	8.831	7.097	7.893	4.446	28.267
Subvenção baixa renda	43.494	40.276	39.581	19.213	142.564
Ressarcimento pela CCEE	(44.018)	(40.399)	(39.865)	(19.327)	(143.609)
Saldos consolidados em 31/12/2019	8.307	6.974	7.609	4.332	27.222
Subvenção baixa renda	52.890	39.936	45.693	20.138	158.657
Ressarcimento pela CCEE	(47.802)	(37.053)	(41.958)	(18.399)	(145.212)
Saldos consolidados em 30/06/2020	13.395	9.857	11.344	6.071	40.667

- (2) **Ordem de desativação em curso -consolidado:** refere-se às ordens de desativação em curso nas controladas, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído, o que ocorrerá no próximo período.
- (3) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do período - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada período. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do período seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2018	54.442	12.864	27.099	20.359	114.764
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	283.960	73.552	164.698	112.470	634.680
Ressarcimento pela CCEE	(298.746)	(71.898)	(171.548)	(102.908)	(645.100)
Saldos consolidados em 31/12/2019	39.656	14.518	20.249	29.921	104.344
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	143.270	36.227	77.470	35.308	292.275
Ressarcimento pela CCEE	(146.684)	(36.970)	(85.147)	(49.860)	(318.661)
Saldos consolidados em 30/06/2020	36.242	13.775	12.572	15.369	77.958

- (4) **Banco Daycoval:** refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, EMS e ESS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.
O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das controladas.
- (5) **Outros créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controladas diretas EMT, ETO, EMS e ESS, e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power Holding Energia S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power Holding Energia S.A. e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.
- (6) **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					30/06/2020	31/12/2019
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	17.438	14.816	16.204
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.537	3.378	3.666
Total		53.125	41.782	23.549	18.233	19.909
Circulante					3.398	5.481
Não Circulante					14.835	14.428

- (7) **Créditos a receber de terceiros:** Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

Notas Explicativas

- (8) **Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A:** A controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato nº ECF5-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.
- (9) **Aquisição de combustível da conta CCC:** a controlada EMT possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo que a ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e efetuou o reprocessamento mensal dos benefícios referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No exercício de 2019 foram reconhecidos o montante de R\$44.329, sendo: R\$30.885 na rubrica custo do serviço de operação - outros e R\$13.444 registrado no resultado financeiro na rubrica de outras receitas financeiras. O total a ser ressarcido pela CCEE, foi dividido em 12 parcelas mensais e consecutivas de R\$8.163 atualizadas pelo IPCA. No período findo em 30 de junho de 2020 foram recebidas 6 parcelas e o saldo da conta monta em R\$56.037 (R\$99.069 em 31 de dezembro de 2019).
- (10) **Outros:** Inclui provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa de uso mutuo de poste no valor de R\$13.981 (R\$12.202 em 31 de dezembro de 2019).

13. Transações com partes relacionadas

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70,01% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (85,31%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,83%.

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício S/A, Parque Eólico Sobradinho Ltda, Energisa Comercializadora de Energia Ltda, além das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/ que conferem à Energisa S/A o controle indireto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A e Alsol Energias Renováveis S.A. (Alsol), que conferiu controle indireto na Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE")	1.846	-	179	-
. QMRA Participações S/A ("QMRA")	251	-	244	-
. Energisa S/A	314.946	-	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	4.093	-	-	-
. Energisa Rondônia ("ERO")	457.327	-	380.323	-
. Energisa Acre ("EAC")	401.467	-	316.370	-
. Energisa Participações Minoritárias S.A.	-	796.187	-	531.916
Total - não circulante	1.179.930	796.187	697.116	531.916

Notas Explicativas

Condições dos contratos:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2020
Energisa S/A (créditos opção "C" - RJ) ⁽²⁾	CDI + 2% a.a.	11/04/2036
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	100% do CDI	04/05/2020
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2021
Energisa Rondônia ⁽³⁾	Juros CDI + 2,5% AA	04/05/2022
Energisa Acre ⁽³⁾	Juros CDI + 2,5% AA	04/05/2022
Energisa S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/05/2022
Multi Energisa Serviços S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	20/04/2022
Energisa Participações Minoritárias S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/05/2022

- (1) Contratos de mútuos que possuem prazo de 24 meses, nos termos dos contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média CDI+ 0,4474% (CDI + 0,6051% a.a. em 31 de dezembro de 2019).
- (2) Energisa S/A (créditos opção "C" - RJ - referem-se a créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperada nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de cada período as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (3) Contratos de mútuos com as empresas ERO e EAC que possuem prazo de 36 meses com liquidação ao final do terceiro ano de contrato. Os contratos são remunerados a juros CDI + 2,5% a.a.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Controladas, Coligadas e Controladoras	Receitas / (-) Despesas financeira
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	4
QMRA Participações S/A	7
Multi Energisa Serviços S/A	17
Energisa S/A	(7.431)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	13.653
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	13.181
Energisa Participações Minoritárias S/A	(16.349)
Total em 30/06/2020	3.082
Total em 30/06/2019	2.840

Consolidado:

		Ativos		
		Rede Energia	30/06/2020	31/12/2019
ERO	Mútuo	457.327	457.327	380.323
EAC	Mútuo	401.467	401.467	316.370
Energisa S/A	Mutuo	314.946	314.946	-
		1.173.740	1.173.740	696.693

Notas Explicativas

Saldos dos passivos:

		Passivos							30/06/2020	31/12/2019
		Rede Energia	CTCE	QMRA	Energisa Tocantins (1)	Energisa Mato Grosso (1)	Energisa Sul-Sudeste (1)	Energisa Mato Grosso do Sul (1)		
Energisa-RJ (2)	Créditos adquiridos - RJ	-	1.099	92	-	-	-	-	1.191	1.068
Energisa S.A.	Debêntures	-	-	-	219.283	321.713	212.583	153.997	907.576	904.196
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	796.187	-	-	-	-	-	-	796.187	531.916
		796.187	1.099	92	219.283	321.713	212.583	153.997	1.704.954	1.437.180
Energisa Participações Minoritárias S/A	Adiantamento para futuro aumento de capital (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	445.310

(1) Em 2017 as controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 22. Em 30 de junho de 2020 o valor atualizado é de R\$907.576 (R\$904.196 em 31 de dezembro de 2019).

(2) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores.

(3) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados, contabilizado diretamente no patrimônio líquido, serão capitalizados em abril de 2020.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas.

Empresas		Receitas / (-) Despesas financeira						30/06/2020	30/06/2019
		Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins	Energisa Mato Grosso	Energisa Sul-Sudeste	Energisa Mato Grosso do Sul		
Energisa	Mútuo	(7.431)	(29)	-	-	-	-	(7.460)	(9.794)
Energisa	Debêntures	-	-	(5.448)	(11.167)	(5.409)	(3.031)	(25.055)	(37.209)
EEVP	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	1.149
Denerge	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	2.711
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	Mútuo	13.653	-	-	-	-	-	13.653	4.749
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	Mútuo	13.181	-	-	-	-	-	13.181	3.975
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(16.350)	-	-	-	-	-	(16.350)	-
		3.053	(29)	(5.448)	(11.167)	(5.409)	(3.031)	(22.031)	(34.419)

Notas Explicativas

Empresas	Serviços Contratados				30/06/2020	30/06/2019
	Energisa Soluções Construções S/A ⁽¹⁾	Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	Multi Energisa ⁽¹⁾	Energisa S/A ⁽²⁾		
Multi Energisa	-	-	-	1.021	1.021	979
ESS	10.595	2.718	1.772	13.390	28.475	29.125
EMT	22.287	4.487	4.758	26.804	58.336	58.532
EMS	5.969	855	6.632	16.109	29.565	31.610
ETO	9.606	1.515	2.334	11.229	24.684	28.021
EPB	-	-	2.299	-	2.299	2.318
EBO	-	-	278	-	278	206
EMG	-	-	884	-	884	788
ENF	-	-	271	-	271	165
ESE	-	-	905	-	905	691
EAC	-	-	1.008	-	1.008	349
ERO	-	-	1.461	-	1.461	458
	48.457	9.575	22.602	68.553	149.187	153.242

(1) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, e tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

(2) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL, e comissão de aval de garantias para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a.

Serviços prestados referente ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão.

	Disponibilização do sistema de transmissão
	EGO I
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	41
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	25
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	99
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	52
Total em 30/06/2020	217

Remuneração dos administradores:

	Controlada	Consolidado	
	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	18	614	672
Remuneração da Diretoria	-	4.310	4.185
Outros Benefícios (*)	4	3.353	3.400

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de junho foram de R\$45 e R\$2 no consolidado (R\$5 e R\$5 na controladora e R\$85 e R\$3 no consolidado em 30 de junho de 2019). A remuneração média mensal no período findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$15 no consolidado (R\$5 na controladora e R\$36 no consolidado em 30 de junho de 2019).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

As controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da

Notas Explicativas

Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho das controladas. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 93.822 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 73.546 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de junho de 2020.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas ^(a)	89.854	73.546
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(b)	8,2%	7,7%
Volatilidade ^(c)	29,29%	25,06%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No período findo em 30 de junho de 2020, foram contabilizados R\$630 (R\$329 em 30 de junho de 2019) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 30 de junho de 2020 R\$2.112 (R\$1.482 em 31 de dezembro de 2019).

14. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas informações financeiras intermediárias de R\$613.452 na controladora e R\$1.217.574 no consolidado (R\$613.815 e R\$1.217.832, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízos fiscais	212.040	191.588
Base negativa da contribuição social	77.128	69.754
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	533.748	485.659
Contribuição Social	192.149	174.837
Total - ativo não circulante	1.015.065	921.838

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	273.481	275.797	1.283.807	1.169.537
Contribuição Social	98.453	99.287	462.170	421.034
Total - passivo não circulante	371.934	375.084	1.745.977	1.590.571
Total passivo não circulante Líquido	(371.934)	(375.084)	(730.912)	(668.733)

As diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Ajustes a valor presente	(1.020.680)	(347.031)	(1.029.944)	(350.181)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
Total Passivo Não Circulante	(1.093.924)	(371.934)	(1.103.188)	(375.084)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	848.160	212.040	766.352	191.588
Base negativa da contribuição social	856.981	77.128	775.048	69.754
Créditos fiscais - ágio	80.742	27.452	86.125	29.283
Provisão ajuste atuarial	322.448	109.633	309.948	105.382
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.	292.849	99.569	291.878	99.239
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	706.524	240.218	562.783	191.346
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	473.015	160.825	459.720	156.305
Marcação a mercado - empréstimos	192.917	65.592	170.425	57.945
Outras adições temporárias	65.681	22.331	59.957	20.384
Contratos e prestações de serviços	816	277	1.801	612
Ajustes a valor presente ⁽²⁾	(1.951.782)	(663.606)	(1.974.338)	(671.275)
Intangível - Mais Valia	(1.107.447)	(376.532)	(1.180.390)	(401.333)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização ⁽¹⁾	(791.103)	(268.975)	(789.636)	(268.476)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(98.633)	(33.535)	(110.657)	(37.623)
Marcação a mercado - derivativos	(997.856)	(339.271)	(434.723)	(147.806)
Total	(1.295.095)	(730.912)	(1.194.114)	(668.733)
Total - Ativo Não Circulante	3.840.133	1.015.065	3.484.037	921.838
Total - Passivo Não Circulante	(5.135.228)	(1.745.977)	(4.678.151)	(1.590.571)

(1) Intangível - Mais Valia - refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR das controladas EMT, EMS, ETO e ESS.

(2) Ajuste a valor presente - refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos é como segue:

Exercício	Consolidado
2020	19.363
2021	89.467
2022	56.587
2023	61.308
2024	146.356
2025	174.279
2026 a 2027	467.705
Total	1.015.065

Notas Explicativas

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	99.762	205.327	192.675	416.683
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(33.919)	(69.811)	(65.510)	(141.672)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	33.207	72.890	63.368	140.142
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	695	(3.091)	646	461
Constituídos (revertido) no período	760	2.314	-	-
Outras adições (exclusões)	17	12	-	5
Imposto de renda e contribuição social	760	2.314	(1.496)	(1.064)
Alíquota efetiva	0,76%	1,13%	0,78%	0,26%

	Consolidado			
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	191.033	378.001	316.175	699.080
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(64.951)	(128.520)	(107.500)	(237.687)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.).	(807)	(1.337)	(565)	(1.067)
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM. (1)	12.188	12.188	41.909	69.845
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(206)	(2.620)	272	267
Incentivos fiscais e outros itens permanentes	(654)	(266)	3.640	6.631
Imposto de renda e contribuição social	(54.430)	(120.555)	(62.244)	(162.011)
Alíquota Efetiva	28,49%	31,89%	(19,69%)	(23,17%)

(1) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$156.351, sendo: R\$32.426 na ETO e R\$123.925 na EMT.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

15. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$6.948 (R\$182.208 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Seguem as movimentações ocorridas no período:

	Saldos em 31/12/2019	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldos em 30/06/2020
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.689.436	152.927	(6.199)	4.843	2.841.007
Energisa Tocantins (ETO)	28.297	6.318	(17)	49	34.647
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	1.095.447	42.958	(1.307)	1.948	1.139.046
Energisa Sul Sudeste (ESS)	62.080	2.217	-	108	64.405
TOTAL GERAL - Não Circulante	3.875.260	204.420	(7.523)	6.948	4.079.105

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

	Saldos em 31/12/2018	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Transferência para intangível - contrato de concessão ⁽³⁾	Saldos em 31/12/2019
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	483.455	(10.874)	98.012	-	2.689.436
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.117	246.664	(21.991)	40.739	(1.389.232)	28.297
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	141.274	(3.059)	41.388	-	1.095.447
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	14.700	(37)	2.069	-	62.080
TOTAL GERAL - Não Circulante	4.232.152	886.093	(35.961)	182.208	(1.389.232)	3.875.260

(1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.

(2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.

(3) Em 2019 a Controlada Energisa Tocantins, concluiu o processo de renovação da concessão, tendo sido publicada Despacho por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Sexto Termo Aditivo ao contrato de concessão. Após as assinaturas do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi publicado, no Diário Oficial do dia 10 de dezembro de 2019, o Extrato do Termo Aditivo que oficializou a prorrogação da concessão da Distribuidora até o dia 31 de dezembro de 2049.

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Participação em controladas	3.918.564	3.964.542	-	-
Outros	103	103	7.440	7.446
Total	3.918.667	3.964.645	7.440	7.446

Notas Explicativas

Participação em controladas:

30/06/2020									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								194.683	3.481.891
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	3.105.659	2.285.879	819.780	46.957	36.002	628.535
Energisa Mato Grosso	57,68	126.292	1.677.113	9.219.336	6.551.158	2.668.178	90.850	52.401	1.539.085
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	4.161.248	2.961.510	1.199.738	93.529	59.869	767.964
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.180.019	1.629.584	550.435	46.761	46.411	546.307
Comercialização								(13.764)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,90	1	500	5.371	204.903	(199.532)	(13.776)	(13.764)	-
Prestação de Serviços								3.067	11.333
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	27.331	15.987	11.344	3.070	3.067	11.333
Holdings e demais Companhias								30.396	425.340
QMRA Participações S.A.	99,99	4.371	2.194	2.698	493	2.205	4	4	2.206
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	475.250	52.073	423.177	33.600	30.392	423.134
Total								214.382	3.918.564

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$199.352 (R\$185.570 em 31 de dezembro de 2019) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

31/12/2019									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								742.339	3.521.502
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	2.838.962	2.066.346	772.616	163.218	125.141	592.374
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	8.284.799	5.710.483	2.574.316	552.288	318.504	1.552.336
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.980.079	2.718.350	1.261.729	286.634	183.478	807.645
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.066.842	1.498.138	573.448	111.342	115.216	569.147
Comercialização								(6.211)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,90	1	500	5.329	191.085	(185.756)	(6.217)	(6.211)	-
Prestação de Serviços								7.783	16.935
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	31.162	14.210	16.952	7.791	7.783	16.935
Holdings e demais Companhias								110.013	428.612
QMRA Participações S.A.	100,00	4.371	1.236.084	2.640	290	2.350	156	156	2.350
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	472.318	48.521	423.797	109.868	109.857	423.755
Total								853.924	3.964.542

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2019	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/06/2020
Distribuição	3.521.502	(65.337)	(19)	(168.938)	194.683	3.481.891
Energisa Tocantins	592.374	-	159	-	36.002	628.535
Energisa Mato Grosso (*)	1.552.336	(65.351)	(367)	66	52.401	1.539.085
Energisa Mato Grosso do Sul	807.645	-	110	(99.660)	59.869	767.964
Energisa Sul Sudeste	569.147	14	79	(69.344)	46.411	546.307
Comercialização	-	-	-	-	(13.764)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	(13.764)	-
Prestação de Serviços	16.935	-	-	(8.669)	3.067	11.333
Multi Energisa Serviços S.A.	16.935	-	-	(8.669)	3.067	11.333
Holdings e demais companhias	426.105	-	65	(31.226)	30.396	425.340
QMRA Participações S.A.	2.350	-	-	(148)	4	2.206
Rede Power do Brasil S.A.	423.755	-	65	(31.078)	30.392	423.134
Total	3.964.542	(65.337)	46	(208.833)	214.382	3.918.564

(*) O montante de R\$65.351 refere-se a cessão de parte do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital da controladora para a acionista Energisa Participações Minoritárias.

Notas Explicativas

Controladas	Saldos em 31/12/2018	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2019
Distribuição	3.195.461	160.011	859	(508.085)	(69.083)	742.339	3.521.502
Energisa Tocantins	592.921	-	251	(117.762)	(8.177)	125.141	592.374
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.236.194	160.000	325	(139.136)	(23.551)	318.504	1.552.336
Energisa Mato Grosso do Sul	799.281	-	169	(165.675)	(9.608)	183.478	807.645
Energisa Sul Sudeste	567.065	11	114	(85.512)	(27.747)	115.216	569.147
Comercialização	-	-	-	-	-	(6.211)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	(6.211)	-
Prestação de Serviços	8.816	-	42	(2.373)	2.667	7.783	16.935
Multi Energisa Serviços S.A.	8.816	-	42	(2.373)	2.667	7.783	16.935
Holdings e demais companhias	470.210	-	102	(148.829)	(5.391)	110.013	426.105
QMRA Participações S.A.	2.194	-	-	-	-	156	2.350
Rede Power do Brasil S.A.	468.016	-	102	(148.829)	(5.391)	109.857	423.755
Total	3.674.487	160.011	1.003	(659.287)	(71.807)	853.924	3.964.542

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participação societária;

17. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa Média de Depreciação	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos 30/06/2020
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3,33%	2.473	-	-	-	2.473
Máquinas e Equipamentos	15,75%	116.185	-	3.164	-	119.349
Móveis e utensílios	6,25%	28.806	-	119	-	28.925
Total do imobilizado em serviço		147.464	-	3.283	-	150.747
Depreciação acumulada:						
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(619)	-	-	(41)	(660)
Máquinas e Equipamentos		(85.132)	-	-	(4.641)	(89.773)
Móveis e utensílios		(18.058)	-	-	(562)	(18.620)
Total Depreciação acumulada		(103.809)	-	-	(5.244)	(109.053)
Subtotal Imobilizado		43.655	-	3.283	(5.244)	41.694
Imobilizado em curso		5.526	25.780	(3.283)	-	28.023
Total do Imobilizado		49.181	25.780	-	(5.244)	69.717

Notas Explicativas

	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 31/12/2018	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.979	-	494	-	-	2.473
Máquinas e equipamentos	15,09%	107.810	-	8.459	(84)	-	116.185
Veículos	14,29%	81	-	-	(81)	-	-
Móveis e utensílios	6,08%	26.748	-	2.080	(22)	-	28.806
Total do imobilizado em serviço		136.618	-	11.033	(187)	-	147.464
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(553)	-	-	-	(66)	(619)
Máquinas e equipamentos		(76.377)	-	-	13	(8.768)	(85.132)
Veículos		(80)	-	-	81	(1)	-
Móveis e utensílios		(16.977)	-	-	1	(1.082)	(18.058)
Total Depreciação acumulada		(93.987)	-	-	95	(9.917)	(103.809)
Subtotal Imobilizado		42.631	-	11.033	(92)	(9.917)	43.655
Imobilizado em curso		-	16.559	(11.033)	-	-	5.526
Total do Imobilizado		42.631	16.559	-	(92)	(9.917)	49.181

18. Intangível - consolidado

	30/06/2020	31/12/2019
Intangível - contrato de concessão	5.485.834	5.609.311
Intangível - direito de uso	22.542	24.644
Intangível - software	77.574	79.731
Total	5.585.950	5.713.686

18.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos 31/12/2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos 30/06/2020
Intangível em Serviço						
Custo:	7,31%	15.158.362	216.566	(61.381)	-	15.313.547
Amortização Acumulada		(7.629.597)	-	43.732	(390.039)	(7.975.904)
Subtotal		7.528.765	216.566	(17.649)	(390.039)	7.337.643
(-) Obrigações vinculadas à concessão Em Serviço						
Custo	3,81%	3.913.923	15.948	-	-	3.929.871
Amortização Acumulada		(1.994.469)	-	-	(83.593)	(2.078.062)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.919.454	15.948	-	(83.593)	1.851.809
Total Intangível		5.609.311	200.618	(17.649)	(306.446)	5.485.834

(1) O montante de R\$200.618, são transferências oriundas do ativo contratual - Infraestrutura em construção.

(2) As baixas no montante de R\$17.649 referem-se às baixas realizadas no período contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do período na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no período, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$15.520 (R\$31.682 em 31 de dezembro de 2019), não inclui o montante de R\$489 referente a provisão de despesa de incorporação de redes.

Notas Explicativas

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 31/12/2018	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências (2)	Baixas (3)	Amortização (4)	Saldos 31/12/2019
Intangível								
Em serviço:	7,31%	12.375.816	-	2.311.260	640.774	(169.488)	-	15.158.362
Amortização Acumulada		(6.994.070)	-	-	(302)	134.361	(769.586)	(7.629.597)
Subtotal		5.381.746	-	2.311.260	640.472	(35.127)	(769.586)	7.528.765
(-) Obrigações vinculadas à concessão								
Em Serviço								
Custo	3,78%	2.940.067	-	934.118	39.738	-	-	3.913.923
Amortização Acumulada		(1.844.483)	391	-	(241)	-	(150.136)	(1.994.469)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.095.584	391	934.118	39.497	-	(150.136)	1.919.454
Total Intangível		4.286.162	(391)	1.377.142	600.975	(35.127)	(619.450)	5.609.311

(1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R\$2.311.260 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$934.118, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

(2) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(3) As baixas no montante de R\$35.127 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(4) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$31.682.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pelas controladas ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,31 % (7,31% em 31 de dezembro de 2019).

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

	30/06/2020	31/12/2019
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.097.025	3.068.803
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.404.684	1.298.642
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	238.347	238.347
Reserva para reversão	6.816	7.102
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	241.720	241.720
(-) Amortização acumulada	(2.078.062)	(1.994.469)
Total	2.910.530	2.860.145
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	843.330	828.267
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.851.809	1.919.454
Infraestrutura - Ativo contratual - infraestrutura em construção	215.391	112.424
Total	2.910.530	2.860.145

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

Notas Explicativas

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

18.2. Intangível - direito de uso

	Taxa Média de Amortização	Saldos 31/12/2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos 30/06/2020
Direito de Uso - Imóveis						
Custo:	22,24%	32.924	2.310	(627)	-	34.607
Amortização Acumulada		(8.280)	-	-	(3.785)	(12.065)
Total		24.644	2.310	(627)	(3.785)	22.542

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa média de amortização (%)	Saldos 31/12/2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Amortização	Saldos 31/12/2019
Direito de Uso - Imóveis						
Custo	29,77%	-	23.187	9.737	-	32.924
Amortização Acumulada		-	-	-	(8.280)	(8.280)
Total		-	23.187	9.737	(8.280)	24.644

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

18.3. Intangível - software

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldos em 30/06/2020
Intangível					
Em serviço:	20,00%	213.703	10.204	-	223.907
Amortização Acumulada		(134.089)	-	(12.244)	(146.333)
Em curso		117	(117)	-	-
Total		79.731	10.087	(12.244)	77.574

	Taxa média de amortização (%)	Saldos em 31/12/2018	Adições	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Intangível							
Em serviço:	20,00%	194.986	21.495	12.090	(14.868)	-	213.703
Amortização Acumulada		(126.547)	-	-	14.868	(22.410)	(134.089)
Em curso		4	113	-	-	-	117
Total		68.443	21.608	12.090	-	(22.410)	79.731

(1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R\$12.090 em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

Notas Explicativas

19. Ativo contratual - infraestrutura em construção - consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos 31/12/2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos 30/06/2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	799.071	537.838	(216.566)	(219.483)	900.860
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	112.424	133.978	(15.948)	(15.063)	215.391
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	686.647	403.860	(200.618)	(204.420)	685.469

	Saldos 31/12/2018	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos 31/12/2019
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	922.762	1.456.391	(640.713)	(939.369)	799.071
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	176.224	29.214	(39.738)	(53.276)	112.424
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	746.538	1.427.177	(600.975)	(886.093)	686.647

(1) Montante de R\$ 200.618 (R\$ 600.975 em 31 de dezembro de 2019) transferido para o ativo intangível - contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R\$ 204.240 (R\$886.093 em 31 de dezembro de 2019) referem-se ao montante transferido para o ativo financeiro indenizável da concessão por corresponder a parcela bifurcada do ativo contratual líquido a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CCEE ⁽¹⁾	-	-	94.545	175.402
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	604.396	565.137
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	55.990	58.690
Encargos de Serviço no sistema	-	-	4.191	1.998
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	4.857	4.775
Materiais, serviços e outros ⁽³⁾	125	172	149.611	233.027
Total	125	172	913.590	1.039.029
Circulante	125	172	844.665	970.758
Não Circulante	-	-	68.925	68.271

(1) No primeiro trimestre de 2020 a conta CCEE sofreu uma grande redução em consequência do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) mais baixo. O PLD de fevereiro e março de 2020 atingiu 154,44 e 81,86 R\$/MWh, respectivamente no submercado SE/CO, enquanto em novembro e dezembro de 2019 o preço era de 317,28 e 227,30 R\$/MWh, nessa ordem. No exercício de 2019, especificamente nos meses de novembro e dezembro a geração das usinas hidrelétricas foi abaixo da média e as distribuidoras foram obrigadas a assumir um custo maior em decorrência do Risco hidrológico associado a um PLD elevado. Está previsto na Lei nº 12.783/2013, que as despesas relacionadas ao Risco hidrológico são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

Notas Explicativas

(3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora									
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Vr Presente	Saldos em 30/06/2020		
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
Pré Fixado	18.545	-	-	-	557	-	850	19.952		
Outros	128.814	-	-	-	-	-	9.426	138.240		
Total do custo	147.359	-	-	-	557	-	10.276	158.192		
Circulante	468							1.025		
Não Circulante	146.891							157.167		
	Consolidado									
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 30/06/2020	
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
Pré Fixado	31.483	-	(2.194)	(229)	919	-	-	1.056	31.035	
Pós Fixado										
CDI	1.513.983	1.073.333	(513.333)	(27.169)	45.612	-	-	-	2.092.426	
TR	644.894	-	-	(21.243)	21.242	-	-	-	644.893	
Gastos com captação	(641)	-	-	-	379	(1.064)	-	-	(1.326)	
Outros	128.814	-	-	-	-	-	-	9.426	138.240	
Total do custo	2.318.533	1.073.333	(515.527)	(48.641)	68.152	(1.064)	-	10.482	2.905.268	
Mensuradas ao valor justo										
Moeda estrangeira										
Dólar	1.747.098	133.725	(575.667)	(36.785)	584.482	-	-	-	1.852.853	
Euro	210.506	122.972	-	(1.618)	118.513	-	-	-	450.373	
Gastos com captação	(1.850)	-	-	-	377	-	-	-	(1.473)	
Marcação a mercado	15.928	-	-	-	-	-	11.496	-	27.424	
Total ao valor justo	1.971.682	256.697	(575.667)	(38.403)	703.372	-	11.496	-	2.329.177	
Total	4.290.215	1.330.030	(1.091.194)	(87.044)	771.524	(1.064)	11.496	10.482	5.234.445	
Circulante	781.854								1.693.803	
Não Circulante	3.508.361								3.540.642	

	Controladora							
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	17.067	-	-	(1.115)	1.116	-	1.477	18.545
Outros	129.502	-	(191.613)	-	-	-	190.925	128.814
Total do custo	146.569	-	(191.613)	(1.115)	1.116	-	192.402	147.359
Circulante	468							468
Não Circulante	146.101							146.891

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	34.191	-	(4.540)	(2.038)	2.037	-	-	1.833	31.483
Pós Fixado									
Selic	18.706	-	(18.706)	(538)	538	-	-	-	-
CDI	1.568.587	345.000	(395.361)	(119.190)	114.947	-	-	-	1.513.983
TR	644.721	-	-	(43.176)	43.349	-	-	-	644.894
Gastos com captação									
Outros	(540)	-	-	-	751	(852)	-	-	(641)
	129.502	-	(191.612)	-	-	-	-	190.924	128.814
Total do custo	2.395.167	345.000	(610.219)	(164.942)	161.622	(852)	-	192.757	2.318.533
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.515.627	250.000	(78.038)	(71.017)	130.526	-	-	-	1.747.098
Euro	-	210.000	-	(886)	1.392	-	-	-	210.506
Gastos com captação									
Marcação a mercado	(2.606)	-	-	-	756	-	-	-	(1.850)
	14.014	-	-	-	-	-	1.914	-	15.928
Total ao valor justo	1.527.035	460.000	(78.038)	(71.903)	132.674	-	1.914	-	1.971.682
Total	3.922.202	805.000	(688.257)	(236.845)	294.296	(852)	1.914	192.757	4.290.215
Circulante	527.365								781.854
Não Circulante	3.394.837								3.508.361

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	30/06/2020	31/12/2019					
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.							
Credores "RJ" - Bicbanco	6.227	5.788	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Credores "RJ" - BNB	13.725	12.757	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	R
Credores "RJ" - Opção "C"	138.240	128.814	0,5% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,50%	-
Total em Moeda Nacional	158.192	147.359					
Total Rede Energia Participações S.A.	158.192	147.359					
ENERGISA MATO GROSSO							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.402	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	3,44%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	481.901	482.682	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	2,12%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander (1,4)	-	450.626	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	2,39% a 2,43%	A
Nota Promissória 2ª Emissão	300.168	293.823	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	2,17% a 0,00%	A
Santander FRN4133870	193.155	-	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	2,24% a 0,00%	A
CCB BRADESCO 24032020	132.740	-	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	4,14% a 0,00%	A
CCB ITAÚ 1011200300114	30.569	-	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	3,80% a 0,00%	A
Santander FRN 4135786	321.151	-	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	4,04% a 0,00%	A
Santander FRN 4137163	67.528	-	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	3,80% a 0,00%	A
Santander FRN 4137165	67.526	-	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	3,80% a 0,00%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(983)	(641)					
Total em Moeda Nacional	1.947.157	1.579.892					
Resolução 4131-Bank of America			Libor + 1,20% a1,60%	jan/21	Final	37,5 a 37,7	A

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garantias (*)
	30/06/2020	31/12/2019						
ML (1)	135.576	214.059	a.a.			9%	9%	
Citibank Loan - 4131 (1)	78.626	57.899	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,84%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	78.622	57.892	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,89%		A
Citibank Loan - 4131 (1,4)	-	128.422	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final	37,40%		A
J P MORGAN Loan (1)	146.606	108.167	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	37,51%		A
Merryl Lynch Loan (1)	65.723	48.387	0,6870% a.a.	dez/22	Final	36,17%		A
Scotiabank Loan (1)	269.422	198.327	2,1964% a.a.	dez/22	Final	36,95%		A
Citibank Loan 56416	63.608	-	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	37,29%		A
Citibank Loan 12062020	93.221	-	2,83% a.a.	jan/21	Final	37,27%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(438)	(547)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	10.197	3.238						
Total em Moeda Estrangeira	941.163	815.844						
Total EMT	2.888.320	2.395.736						
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.491	291.492	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	3,44%		R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	219.894	220.250	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	2,12%		R
Nota Flutuante de Juros - Santander (4)	-	66.602	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final	2,21%		A
Nota Promissória	70.824	-	CDI + 0,95% a.a.	mar/23	Final	2,24%		A
CCB Safra 001660014	80.000	-	CDI + 2,50% a.a.	jun/21	Final	3,01%		A
EMS X SANTANDER FRN 4137245	65.818	-	CDI + 4,10% a.a.	ago/21	Final	3,80%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(343)	-						
Total em Moeda Nacional	727.684	578.344						-
Citibank Loan - 4131 (1)	79.198	58.398	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021	37,84%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	79.179	58.367	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual após 2021	37,89%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1,4)	-	69.151	Libor + 0,825% a.a.	set/21	Final	37,40%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	69.744	51.345	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final	36,32%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(425)	(535)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.017	2.339						-
Total em Moeda Estrangeira	229.713	239.065						
Total EMS	957.397	817.409						
ENERGISA TOCANTINS								
Luz para Todos I - Eletrobrás	6.292	8.486	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	2,96%		R
CCB ITAÚ 101120030007500	20.384	-	CDI + 4,00% a.a.	mar/21	Final	3,75%		R
Custo de captação incorrido na contratação	-	-						
Total em Moeda Nacional	26.676	8.486						
Resolução 4131 - Itaú (1)	284.706	209.563	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	38,01%		R
Loan Citi - 4131 (1)	61.491	45.358	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	37,84%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	61.470	45.329	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	37,89%		A
Merrill lynch Loan	170.579	125.885	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	37,59%		A
Custo de captação incorrido na contratação	(401)	(507)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	10.955	6.729						-
Total em Moeda Estrangeira	588.800	432.357						
Total ETO	615.476	440.843						
ENERGISA SUL SUDESTE								
CCB ITAÚ 101120030007400	40.768	-	CDI + 4,00%	mar/21	Final	3,75%		A
Total em Moeda Nacional	40.768	-						

Notas Explicativas

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	30/06/2020	31/12/2019					
Loan Citi - 4131 (1)	37.566	27.663	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,84%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	37.569	27.663	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	37,89%	A
Merrill lynch Loan (1,4)	-	120.883	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	37,54%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1,4)	-	64.834	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	37,62%	A
Merrill lynch Loan (1)	108.059	79.656	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	37,59%	A
Merrill lynch Loan (1)	150.463	110.774	0,87% Pré a.a	jun/22	Final	36,26%	A
Scotiabank Loan (1)	67.355	49.582	2,1964% Pré a.a	dez/22	Final	36,95%	A
Merrill lynch Loan (1)	164.443	-	0,7257% Pré a.a	jan/23	Final	36,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(209)	(261)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	4.255	3.622					
Total em Moeda Estrangeira	569.501	484.416					
Total ESS	610.269	484.416					
CTCE							
Credores "RJ" - BMG	4.791	4.452	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	4.791	4.452					
Total CTCE	4.791	4.452					
Em Moeda Nacional	2.905.268	2.318.533					
Em Moeda Estrangeira	2.329.177	1.971.682					
Total Rede Consolidada	5.234.445	4.290.215					

*A=Aval Energisa S/A, R=Receíveis.

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual
EBTIDA Ajustado / Resultado Financeiro	Maior ou igual a: 2,5 em 2020 em diante	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,75 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de junho de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo de 30 de junho de 2020. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 34 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco. A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

(4) Em 17 de Janeiro, 16 e 30 de março de 2020, 24 e 27 de abril de 2020 as controladas abaixo efetuaram a liquidação dos contratos no valor total de R\$962.371 conforme demonstrado no quadro abaixo.

Empresa	Valor Liquidado
Energisa Mato Grosso (EMT)	610.519
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	150.712
Energisa Sul Sudeste (ESS)	201.140
Total Liquidado	962.371

Garantias:

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$99.117 (R\$97.264 em 31 de dezembro 2019), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período:

Moeda/indicadores	30/06/2020	31/12/2019
US\$ x R\$	35,86%	4,02%
SELIC	1,76%	5,96%
CDI	1,77%	5,96%
IPCA	0,10%	4,31%
LIBOR	1,13%	2,33%
TR	0,00%	0,00%
Euro	35,83%	2,06%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	422.790
2022	-	1.371.193
2023	-	430.157
2024	-	70.025
Após 2024	157.167	1.246.477
Total	157.167	3.540.642

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora								
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 30/06/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	61.355	-	-	-	1.665	-	-	2.957	65.977
Total ao custo	61.355	-	-	-	1.665	-	-	2.957	65.977
Circulante	1.400								3.065
Não Circulante	59.955								62.912

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 30/06/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	61.355	-	-	-	1.665	-	-	2.957	65.977
CDI	2.088.242	265.000	-	(42.419)	47.683	-	-	-	2.358.506
IPCA	1.311.751	-	-	(41.401)	39.989	-	-	-	1.310.339
Gastos com captação	(27.813)	-	-	-	4.657	(901)	-	-	(24.057)
Marcação a mercado	154.497	-	-	-	-	-	10.996	-	165.493
Total ao custo	3.588.032	265.000	-	(83.820)	93.994	(901)	10.996	2957	3.876.258
Circulante	304.423								960.488
Não Circulante	3.283.609								2.915.770

	Controladora								
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
Total ao custo	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
Circulante	1.400								1.400
Não Circulante	55.566								59.955

	Consolidado								
	Saldos em 31/12/2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldos em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - pós fixado									
Pré Fixado	56.966	-	(8.387)	(3.339)	3.339	-	-	12.776	61.355
CDI	1.430.781	660.000	-	(124.268)	121.729	-	-	-	2.088.242
IPCA	1.261.107	-	-	(61.082)	111.726	-	-	-	1.311.751
Gastos com captação	(33.953)	-	-	-	8.469	(2.329)	-	-	(27.813)
Marcação a mercado	77.778	-	-	-	-	-	76.719	-	154.497
Total ao custo	2.792.679	660.000	(8.387)	(188.689)	245.263	(2.329)	76.719	12.776	3.588.032
Circulante	41.058								304.423
Não Circulante	2.751.621								3.283.609

Notas Explicativas

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	30/06/2020	31/12/2019						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	65.977	61.355	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	nov-35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	65.977	61.355						
ENERGISA TOCANTINS								
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	43.727	44.704	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	2,86%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	39.248	40.136	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	2,89%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	10.690	10.407	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	2,32%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.995	1.940	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	2,43%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.723	3.614	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	2,62%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	119.900	117.663	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,91%
Debentures 4ª Emissão	253.791	252.529	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	238.004	238.300	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a	jun / 24	Final	2,24%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	162.701	162.902	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a	jun / 26	Final	2,34%
Custos de captação	(6.891)	(7.874)						
Marcação à Mercado de Dívida	44.639	41.598						
Total ETO	911.527	905.919						
ENERGISA MATO GROSSO DO SUL								
Debentures 8ª Emissão	302.917	304.713	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Anual após set/20	1,90%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	12.077	11.757	15/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	2,32%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	2.254	2.192	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	2,43%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	4.207	4.084	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	2,62%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	135.459	132.932	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,91%
Debentures 10ª Emissão	152.310	153.506	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95%	fev / 21	Final	2,24%
Debentures 11ª Emissão	163.905	163.092	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 12ª Emissão	110.179	110.312	10/06/19	110.000 / 110.000	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,13%
Debentures 13ª Emissão	76.310	-	22/01/20	7.500 / 7.500	CDI + 0,70% a.a	jan / 22	Semestral	2,13%
Custos de captação	(2.676)	(3.511)						
Marcação à Mercado de Dívida	22.792	20.958						
Total EMS	979.734	900.035						
ENERGISA MATO GROSSO								
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	90.031	92.042	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	2,86%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	80.807	82.635	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	2,89%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	11.832	11.519	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	2,32%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	2.208	2.148	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	2,43%

Notas Explicativas

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros
	30/06/2020	31/12/2019						
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	4.121	4.001	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	2,62%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	132.714	130.237	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,91%
Debentures 8ª Emissão	477.491	481.259	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	2,32%
Debentures 9ª Emissão	407.121	405.099	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	117.690	117.833	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	2,13%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	32.558	32.598	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	2,29%
Debentures 11ª Emissão 2ª Série	131.530	-	15/02/20	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	2,24%
Custos de captação	(11.133)	(12.765)						
Marcação à Mercado de Dívida	75.588	70.636						
Total EMT	1.552.558	1.417.242						
ENERGISA SUL SUDESTE								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	47.325	48.383	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	2,86%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	42.476	43.437	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	2,89%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	9.628	9.373	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	2,32%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.797	1.748	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	2,43%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.355	3.256	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	2,62%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	108.002	105.987	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	1,91%
Debentures 4ª Emissão	74.021	73.655	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	2,61%
Debentures 5ª Emissão	60.741	-	15/02/20	60.000 / 60.000	CDI+1,15% a.a	fev / 25	Final	2,34%
Custos de captação	(3.357)	(3.663)						
Marcação à Mercado de Dívida	22.474	21.305						
Total ESS	366.462	303.481						
TOTAL	3.734.822	3.461.348						
Custos de captação	(24.057)	(27.813)						
Marcação à Mercado de Dívida	165.493	154.497						
Total em moeda nacional	3.876.258	3.588.032						
CONSOLIDADO	3.876.258	3.588.032						

A Companhia e suas controladas ao longo até 30 de Junho de 2020 efetuaram emissão de debêntures, conforme segue:

Empresa	Captação	Data	Vencimento	Nº da Emissão	Taxa efetiva de juros
EMT	130.000	15/02/2020	fev/23	11 ^a	1,25%
EMS	75.000	22/01/2020	jan/22	13 ^a	1,19%
ESS	60.000	15/02/2020	fev/25	5 ^a	1,30%
Total	265.000				

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$277.279 (R\$279.824 em 31 de dezembro de 2019) de ajuste a valor presente.

Notas Explicativas

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,25 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual
EBTIDA Ajustado / Resultado Financeiro	Maior ou igual a: 2,5 em 2020 em diante	Trimestral e Anual
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,75 em 2020 4,0 em 2021 em diante	Trimestral e Anual

(*) Sem efeito dos ativos e passivos financeiros setoriais

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de junho de 2020, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 30 de junho de 2020, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	276.437
2022	-	520.436
2023	-	460.020
2024	-	992.305
Após 2024	62.912	666.572
Total	62.912	2.915.770

23. Arrendamentos operacionais - consolidado

As controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

As controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Notas Explicativas

Os reflexos oriundos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

Arrendamentos operacionais	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 31/12/2019	Adição	Amortização	Juros	Baixa	Saldos em 30/06/2020
Arrendamentos operacionais - imóveis	4	8,89%	25.335	2.310	(3.725)	357	(627)	23.650
Circulante			10.779					7.056
Não circulante			14.556					16.594

Em 30 de junho de 2020, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	30/06/2020
2021	4.981
2022	1.741
2023	1.279
2024	1.098
Após 2024	7.495
Total	16.594

24. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços ⁽¹⁾ ICMS	-	-	573.175	479.839
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	10.399	11.841
Encargos Sociais	1	1	44.909	28.535
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽²⁾	472	-	18.211	25.808
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL ⁽²⁾	173	-	11.078	15.810
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.020	265	258.291	81.688
Pis e Cofins- sobre atualização efeitos da redução do ICMS na base de cálculo	-	-	2.723	2.145
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.000	646	4.482	5.554
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	332	117
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	5.076	1.012	5.080	1.017
Outros	14	27	14.145	15.595
Total	7.756	1.951	942.825	667.949
Circulante	7.756	1.951	512.048	295.385
Não Circulante	-	-	430.777	372.564

- (1) ICMS - a controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda" no montante de R\$35.055 (R\$34.486 em 31 de dezembro de 2019) com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$375.546 (R\$325.853 em 31 de dezembro de 2019) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.
- (2) Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

Notas Explicativas

25. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo de ICMS. Os parcelamentos estaduais são corrigidos através dos índices próprios de cada Estado e possuem 34 parcelas a serem liquidadas. Os parcelamentos são como segue:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
ICMS		
Principal	18.220	22.213
Multa	22.500	24.612
Juros	3.375	3.692
TOTAL	44.095	50.517
Circulante	16.796	17.313
Não Circulante	27.299	33.204

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/06/2020
2020	8.914
2021	16.314
2022	14.486
Após 2022	4.381
Total	44.095
Circulante	16.796
Não circulante	27.299

26. Encargos setoriais - consolidado

	30/06/2020	31/12/2019
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	68.214	-
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.014	3.301
Ministério de Minas e Energia - MME	1.488	1.631
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	23.282	18.686
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	121.843	119.898
Programa de Eficiência Energética - PEE	131.214	142.104
Total	349.055	285.620
Circulante	220.976	168.552
Não circulante	128.079	117.068

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de Ordens de serviços em curso no ativo circulante, até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias - consolidado.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária e regulatória.

Notas Explicativas

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Controladora	Fiscais	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante 31/12/2019 e 31/12/2018	617	617	582
Reversões de provisões	(622)	(622)	-
Atualização monetária	5	5	35
Saldos finais - não circulante 30/06/2020 e 31/12/2019	-	-	617
Depósitos e cauções vinculados (*)		-	-

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$27.141 (R\$26.423 em 31 de dezembro de 2019) que não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - não circulante 31/12/2019 e 31/12/2018	101.658	167.773	3.759	19.361	292.551	347.462
Constituições de provisões	14.511	38.129	9	-	52.649	118.179
Reversões de provisões	(6.642)	(16.062)	(1.332)	-	(24.036)	(68.974)
Pagamentos realizados	(9.968)	(20.454)	-	-	(30.422)	(114.069)
Atualização monetária	540	944	36	587	2.107	9.953
Saldos finais - não circulante 30/06/2020 e 31/12/2019	100.099	170.330	2.472	19.948	292.849	292.551
Cauções e depósitos vinculados (*)					(38.987)	(41.749)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$233.375 (R\$228.292 em 31 de dezembro de 2019). Deste total, R\$40.536 (R\$38.407 em 31 de dezembro de 2019) correspondem aos depósitos correspondentes ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontram-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais e R\$153.852 (R\$148.136 em 31 de dezembro de 2019), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

- **Trabalhistas**

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Horas extras e reflexos; (ii) sobreaviso e reflexos; (iii); (iv) verbas Rescisórias e Contratuais; (v) adicional periculosidade e; (vi) vínculo empregatício. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pelas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; e (x) indenizações.

Inclui ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

Notas Explicativas

- Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

- Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Controladora	Cíveis	Fiscais	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - 31/12/2019 e 31/12/2018	37.869	14.254	52.123	264.053
Mudança de prognósticos e valor pedido	2.279	-	2.279	(217.299)
Encerramento	-	-	-	(1)
Atualização monetária	223	274	497	5.370
Saldos finais -30/06/2020 e 31/12/2019	40.371	14.528	54.899	52.123

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais - 31/12/2019 e 31/12/2018	117.157	1.227.984	1.457.437	27.497	2.830.075	3.485.347
Novos processos	10.865	68.430	85	-	79.380	237.015
Mudança de prognósticos e valor pedido	(4.032)	12.724	(260)	-	8.432	(833.339)
Encerramento	(7.319)	(28.875)	(6.714)	-	(42.908)	(197.940)
Atualização monetária	687	7.110	27.879	473	36.149	138.992
Saldos finais - 30/06/2020 e 31/12/2019	117.358	1.287.373	1.478.427	27.970	2.911.128	2.830.075

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia.

Principais processos:

Rede Energia

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$37.868 (R\$37.642 em 31 de dezembro de 2019), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$314.634 (R\$312.760 em 31 de dezembro de 2019) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$72.820 (R\$72.386 em 31 de dezembro de 2019), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$41.266 (R\$41.021 em 31 de dezembro de 2019), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$35.642 (R\$35.429 em 31 de dezembro de 2019), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$176.016 (R\$174.968 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$65.270 (R\$64.881 em 31 de dezembro de 2019), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

ETO

Processo 0007336-94.2008.4.01.3400 com valor envolvido de R\$34.712 (R\$34.505 em 31 de dezembro de 2019) onde se discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.

Fiscais

Ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Principais processos:

EMT

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia (“ICMS Demanda”) no montante de R\$645.815 (R\$633.648 em 31 de dezembro de 2019), para o qual a controlada não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, decorrente do cumprimento de decisões judiciais que suspendem a exigência do imposto.

. Destaca-se também processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$239.079 (R\$234.575 em 31 de dezembro de 2019), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$78.478 (R\$76.999 em 31 de dezembro de 2019); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável

Notas Explicativas

da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$82.490 (R\$80.936 em 31 de dezembro de 2019).

. Auto de infração (administrativo 0408/2018) 14094.720008/2018-36, no montante de R\$75.676 (R\$74.250 em 31 de dezembro de 2019) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$129.910 (R\$127.462 em 31 de dezembro de 2019), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Foi apresentada garantia ao débito fiscal.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$52.604 (R\$51.613 em 31 de dezembro de 2019), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

ETO

. Processo 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$158.254 (R\$155.276 em 31 de dezembro de 2019). A redução no valor pedido está associada ao pagamento do valor envolvido no risco declarado. Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

28. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Notas Explicativas

Segue as movimentações ocorridas no período/exercício:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldos iniciais em 31/12/2019 e 31/12/2018	93.743	139.212
Adição no período	18.910	13.909
Atualização monetária e juros	16.071	27.943
Baixas/pagamentos	(13.789)	(87.321)
Saldos finais em 30/06/2020 e 31/12/2019	114.935	93.743
Circulante	69.431	48.239
Não circulante	45.504	45.504

29. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Participações Empregados	-	-	1.731	37.865
Outros Benefícios a empregados	-	-	9.999	10.359
Entidade Seguradora	-	-	982	4.148
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	24.919	26.802
Adiantamentos de clientes	153	152	33.121	29.991
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	16.822	17.182
Encargos Tarifários	-	-	441	403
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	10.468	10.468
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso (*)	-	-	43.034	40.711
Efeitos da Redução do ICMS na base de PIS/COFINS (1)	-	-	258.131	210.476
Credores Recuperação Judicial	-	-	69.489	51.753
Outras contas a pagar	291	168	58.845	60.877
Total	444	321	511.183	513.236
Circulante	291	168	110.184	145.708
Não Circulante	153	153	429.999	367.528

(*) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(1) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - controlada ETO e ESS - Consolidado

Efeito do trânsito em julgado da ação que reivindicou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido em julho de 2019 referente à ETO e, em maio de 2020, referente à ESS, especificamente relacionado a Cia Força e Luz do Oeste, incorporada em julho/2017). Os demais processos nos quais discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS estão em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a controlada direta ETO e a ESS constituíram ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$260.969 e passivo de R\$258.131 no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pelas controladas e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Notas Explicativas

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

Consolidado	30/06/2020		31/12/2019	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Tributos a recuperar				
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	260.969	-	212.704	-
Outros passivos				
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	(258.131)	-	(210.476)
	260.969	(258.131)	212.704	(210.476)

Demonstração do resultado do período	Consolidado	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos		(28.398)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar		28.398
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS		10.615
Outras Despesas financeiras		
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins		(10.615)
Resultado apurado		-

(*) Deduzidos de R\$2.838 (R\$2.228 em 31 de dezembro de 2019), referente aos custos incorridos com advogados e tributos.

30. Patrimônio líquido

30.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$3.223.219 (R\$2.777.404 em 31 de dezembro de 2019), representando por 2.110.323 ações ordinárias (2.057.875 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019), sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$445.815 com emissão de 52.448.744 novas ações ordinárias, em face do encerramento em 17 de abril de 2020 do prazo para exercício do direito de preferência com a subscrição e integralização de valor superior ao montante mínimo, com utilização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$445.311 e de R\$504 em moeda corrente do país, passando o capital social da Companhia a ser de R\$3.223.219, representado por 2.110.323.374 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

30.2. Reserva de Capital

	30/06/2020	31/12/2019
Ganho/Perda com investimentos ⁽¹⁾	11.050	11.634
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽²⁾	2.939	2.939
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	2.112	1.482
Total	16.101	16.055

(1) Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos as ações ordinárias e preferencias de controladas.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se ao benefício de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, destinado as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instaladas nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

Notas Explicativas

O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco da Amazônia S/A (Basa) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento.

Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

(3) Implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 13).

Transações entre sócios	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial - 31/12/2019 e 31/12/2018	11.634	11.603
Transações entre sócios - reflexo (1)	(584)	31
Saldo final - 30/06/2020 e 31/12/2019	11.050	11.634

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

30.3. Reservas de lucros - redução de incentivo fiscal (imposto de renda) (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/06/2020 (*)	31/12/2019
EMT	SUDAM	114/2014	12.188	123.925
ETO	SUDAM	113/2014	-	32.426
Total			12.188	156.351

(*) Em 30 de junho de 2020, a controlada ETO apurou prejuízo fiscal, não contabilizando a reserva de incentivo fiscal de redução de imposto de renda e adicionais.

Notas Explicativas

31. Receita operacional - consolidada

	30/06/2020				30/06/2019			
	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	Fora do escopo dos auditores independentes		01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	3.193.820	3.941.723	1.376.459	2.964.176	3.123.534	3.786.985	1.394.495	2.825.497
Industrial	31.073	645.117	228.315	471.503	31.479	713.138	253.008	493.065
Comercial	269.055	1.748.581	611.068	1.383.090	268.511	1.929.896	734.604	1.461.215
Rural	389.449	1.174.246	355.932	711.365	379.359	1.101.433	318.331	611.400
Poder Público	35.078	396.508	130.806	299.408	34.862	465.753	179.753	332.210
Iluminação Pública	5.062	445.771	102.146	201.401	4.923	453.463	86.370	166.418
Serviço Público	4.949	275.449	85.516	170.843	4.743	287.767	87.842	169.451
Consumo Próprio	961	12.267	-	-	946	12.523	-	-
Subtotal	3.929.447	8.639.662	2.890.242	6.201.786	3.848.357	8.750.958	3.054.403	6.059.256
Suprimento de energia elétrica	-	1.158.510	51.059	120.657	-	503.705	49.351	362.440
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(153.529)	(86.533)	(51.840)	-	(26.238)	43.286	72.087
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	738	-	301.137	594.692	598	-	266.690	511.553
Receita de Construção da infraestrutura (1)	-	-	180.734	378.701	-	-	338.952	485.112
Serviços Especializados	-	-	3.654	7.111	-	-	2.773	4.975
Penalidades Regulatórias	-	-	(7.301)	(30.653)	-	-	(8.899)	(28.457)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - tributos a recuperar	-	-	28.398	35.843	-	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	-	-	(28.398)	(35.843)	-	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	23.396	49.706	-	-	17.768	41.966
Valor Justo Ativo Financeiros Indenizável da Concessão	-	-	(13.239)	6.948	-	-	37.879	90.301
Constituição e Amortização- CVA Ativa e Passiva	-	-	144.454	29.215	-	-	70.903	181.027
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	266.059	450.932	-	-	178.404	368.672
Total - receita operacional bruta	3.930.185	9.644.643	3.753.662	7.757.255	3.848.955	9.228.425	4.051.510	8.148.932
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	717.638	1.518.993	-	-	717.385	1.423.855
PIS	-	-	59.396	122.234	-	-	61.011	125.575
COFINS	-	-	273.581	563.017	-	-	281.022	578.407
CPRB	-	-	339	677	-	-	293	607
ISS	-	-	504	1.016	-	-	439	890
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (2)	-	-	(6.273)	(5.756)	-	-	(8.110)	(952)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	8.988	18.387	-	-	9.114	19.072
Encargos de consumidor - Procel	-	-	2.245	4.596	-	-	2.279	4.768
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	256.711	513.422	-	-	313.609	618.687
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	4.495	9.194	-	-	4.559	9.537
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDTC	-	-	4.494	9.194	-	-	4.559	9.537
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	2.245	4.596	-	-	2.279	4.768
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	3.752	7.465	-	-	3.598	6.971
Total	-	-	1.328.115	2.767.035	-	-	1.392.037	2.801.722
Total - receita operacional líquida	3.930.185	9.644.643	2.425.547	4.990.220	3.848.955	9.228.425	2.659.473	5.347.210

(1) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

- (2) **Bandeira tarifária** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pelas controladas distribuidoras de energia elétrica, referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 30 de junho de 2020, foram de R\$10.547 (R\$12.241 em 30 de junho de 2019), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$5.756 (R\$952 em 30 de junho de 2019). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no período findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$16.303 (R\$13.193 em 30 de junho de 2019).

32. Energia elétrica comprada para revenda

	Consolidado					
	MWH (*)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/06/2020	30/06/2019	01/04/2020 à 30/06/2020	01/01/2020 à 30/06/2020	01/04/2019 à 30/06/2019	01/01/2019 à 30/06/2019
Energia de Itaipú - Binacional	1.540.215	1.456.112	289.071	528.929	213.071	405.212
Energia de leilão	4.550.785	3.450.045	434.400	980.231	412.335	940.703
Energia bilateral e outros suprimentos	2.359.409	2.929.084	287.221	587.081	289.039	565.103
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	326.772	306.229	46.946	94.177	44.667	81.096
Energia de curto prazo - CCEE	111.640	117.773	46.298	110.380	154.899	501.252
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	2.306.842	2.138.522	141.388	283.167	122.079	249.859
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	193.886	191.598	37.980	75.961	45.234	90.469
Energia de Reserva - ERR	-	-	25.050	25.050	30.729	30.729
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(121.022)	(248.360)	(121.284)	(264.795)
Total	11.389.549	10.589.363	1.187.332	2.436.616	1.190.769	2.599.628

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

33. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			30/06/2020	31/12/2019
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	4.013	3.990
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	2.375	2.375
Auto - Frota	23/10/2020	Até 360/veículo	1.142	1.132
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2021	123.540	1.153	953
Transporte Nacional	04/04/2021	Até 2.000/viagem	74	98
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	188	187
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	17	16
			8.962	8.751

(*) Importância Segurada relativa ao mês de junho/2020 e prêmio anualizado.

Notas Explicativas

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do período foram de R\$6.948 (R\$90.301 em 30 de junho de 2019), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 15.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/06/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		84.140	84.140	4.429	4.429
Créditos com partes relacionadas		1.179.930	1.179.930	697.116	697.116
		<u>1.264.070</u>	<u>1.264.070</u>	<u>701.545</u>	<u>701.545</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	52.287	52.287	58.267	58.267
		<u>52.287</u>	<u>52.287</u>	<u>58.267</u>	<u>58.267</u>
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		125	125	172	172
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		224.169	224.169	208.714	208.714
Débitos com partes relacionadas		796.187	796.187	531.916	531.916
		<u>1.020.481</u>	<u>1.020.481</u>	<u>740.802</u>	<u>740.802</u>

Notas Explicativas

Consolidado					
	Nível	30/06/2020		31/12/2019	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		1.082.593	1.082.593	240.257	240.257
Clientes, consumidores e concessionárias		2.538.301	2.538.301	2.677.990	2.677.990
Créditos com partes relacionadas		1.173.740	1.173.740	696.693	696.693
Títulos de créditos a receber		23.727	23.727	26.943	26.943
Ativos financeiros setoriais		733.266	733.265	757.472	757.472
		5.551.627	5.551.626	4.399.355	4.399.355
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.183.699	1.183.699	789.494	789.494
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	4.079.105	4.079.105	3.875.260	3.875.260
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.007.339	1.007.339	463.441	463.441
		6.270.143	6.270.143	5.128.195	5.128.195
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		913.590	913.590	1.039.029	1.039.029
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		9.110.703	9.146.645	7.878.247	7.866.624
Débitos com partes relacionadas		797.378	797.378	532.984	532.984
Parcelamento de impostos		44.095	44.095	50.517	50.517
Passivos financeiros setoriais		612.275	612.275	577.542	577.542
Arrendamentos operacionais		23.650	23.650	25.335	25.335
		11.501.691	11.537.633	10.103.654	10.092.031
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	9.483	9.483	28.718	28.718
		9.483	9.483	28.718	28.718

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 30 de junho de 2020 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Notas Explicativas

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$10.996 (R\$28.085 em 30 de junho de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período de 30 de junho de 2020, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de junho de 2020 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$11.496 (R\$1.696 em 30 de junho de 2019) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Notas Explicativas

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período é como segue:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Dívida (1)	9.110.703	7.878.247
Partes Relacionadas (3)	797.378	532.984
Caixa e equivalentes de caixa	(1.082.593)	(240.257)
Dívida líquida	8.825.488	8.170.974
Patrimônio líquido (2)	3.702.253	3.493.429
Índice de endividamento líquido	2,38	2,34

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

(3) Conforme detalhamento na nota explicativa nº 13.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Controladora						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		125	-	-	-	-	125
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	4.336	-	12.967	11.139	213.290	241.732
Total		4.461	-	12.967	11.139	213.290	241.857

	Consolidado						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		844.665	-	-	-	68.925	913.590
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	3,57%	420.191	2.318.252	3.517.204	2.645.308	2.547.810	11.448.765
Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.786)	(357.618)	(463.487)	(107.640)	(58.325)	(997.856)
Total		1.254.070	1.960.634	3.053.717	2.537.668	2.558.410	11.364.499

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da

Notas Explicativas

Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5	84.140	4.429	1.082.593	240.257
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	52.287	58.267	1.183.699	789.494
Clientes, consumidores e concessionárias.	6	-	-	2.538.301	2.677.990
Títulos de créditos a receber	7	-	-	23.727	26.943
Ativo financeiro setorial	11	-	-	733.266	757.472
Ativo financeiro indenizável da concessão	15	-	-	4.079.105	3.875.260
Instrumentos financeiros derivativos	34	-	-	1.007.339	463.441
Créditos com partes relacionadas	13	1.179.930	697.116	1.173.740	696.693

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis as variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período de 30 de junho de 2020 com alta de 35,86% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$5,476/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de junho de 2020 era de 28,14%, enquanto em 31 de dezembro de 2019 era de 10,37%. A taxa de câmbio do euro encerrou o período findo em 30 de junho de 2020 com alta de 35,83% sobre 31 de dezembro de 2019, cotado a R\$6,154/Euro. A volatilidade do Euro era de 25,59% em 30 de junho de 2020.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de junho de 2020, de R\$9.137.559 (R\$7.908.551 em 31 de dezembro de 2019), R\$2.330.650 (R\$1.973.532 em 31 de dezembro de 2019) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Notas Explicativas

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custo máximo de 4,352% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em fevereiro de 2023.

O balanço patrimonial consolidado apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Ativo circulante	377.887	52.756
Ativo não circulante	629.452	410.685
Total do ativo	1.007.339	463.441
Passivo circulante	9.483	28.718
Passivo não circulante	-	-
Total do passivo	9.483	28.718

Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta A'tiva	Ponta Passiva		
EMT					
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	15/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	17.000	USD + 3,33%	CDI + 2,60%	15/01/2021	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.314	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	USD + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	26.675	EUR + 0,85%	CDI + 0,95%	17/01/2023	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Notas Explicativas

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ETO					
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ESS					
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EMS					
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 30 de junho de 2020:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2020	31/12/2019		30/06/2020	31/12/2019
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.562.363	1.755.666	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(2.321.809)	(1.972.649)
Swap Cambial (Derivativo)	1.562.363	1.755.666	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	2.321.809	1.972.649
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.573.350)	(1.764.865)
			Posição Líquida Swap	748.459	207.784
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.573.350)	(1.764.865)

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/06/2020	31/12/2019		30/06/2020	31/12/2019
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.222.950	1.222.950	Taxa Pré-Fixada	(1.478.576)	(1.469.189)
			Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.482.250	1.472.781
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.222.950	1.222.950	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.232.853)	(1.245.842)
			Posição Líquida Swap	249.397	226.939
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.229.179)	(1.242.250)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Notas Explicativas

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de junho de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.562.363)		(1.363.782)	(1.894.273)	(2.424.764)
Variação Dívida	-		198.581	(331.910)	(862.401)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	2.321.809		2.123.228	2.653.719	3.184.210
Variação - USD e LIBOR	-		(198.581)	331.910	862.401
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.573.350)		(1.573.350)	(1.573.350)	(1.573.350)
Variação - Taxa de Juros CDI	-	Alta Câmbio	-	-	-
Subtotal	748.459		549.878	1.080.369	1.610.860
Total Líquido	(813.904)		(813.904)	(813.904)	(813.904)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de junho de 2020 atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 813.904 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos; dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$ 813.904 em ambos os casos.

Notas Explicativas

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros 30 de junho de 2020, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa	(1.222.950)		(1.222.950)	(1.222.950)	(1.222.950)
Variação Dívida					
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	1.482.250		1.482.250	1.482.250	1.482.250
Variação - Taxa de Juros					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(1.232.853)		(1.232.853)	(1.289.126)	(1.345.092)
Variação - CDI	-	Alta CDI	-	(56.273)	(112.239)
Subtotal	249.397		249.397	193.124	137.158
Total Líquido	(973.553)		(973.553)	(1.029.826)	(1.085.792)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de junho de 2020 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 1,77 %, TJLP = 2,48 % ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.189.813	Alta CDI	43.796	54.745	65.694
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.573.350)	Alta CDI	(31.467)	(39.334)	(47.201)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.450.932)	Alta CDI	(89.019)	(111.274)	(133.529)
	(1.475.832)	Alta IPCA	(1.476)	(1.845)	(2.214)
	(644.893)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(8.145.007)		(121.962)	(152.453)	(182.944)
Total - perdas (2)	(5.955.194)		(78.166)	(97.708)	(117.250)

(1) Considera o CDI de 30 de junho de 2021 (2,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de junho de 2020, TR 0,00% e IPCA 0,10%.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$992.552.

35. Benefícios pós emprego - consolidado

Plano de Aposentadoria e Pensão

A controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada período, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 30 de junho de 2020, a despesa de patrocínio com esses planos foi de R\$8.104 (R\$9.490 em 30 de junho de 2019).

Notas Explicativas

Gratificação por aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

A referida gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Em 30 de junho de 2020, a despesa de gratificação por aposentadoria foi de R\$31 (R\$39 em 30 de junho de 2019).

Plano de saúde

As controladas mantem benefício pós emprego, Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação INPC Saúde (EMT) e pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares - VCMH (EMT, ETO e ESS).

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio. No período findo em 30 de junho de 2020 as despesas com o plano de saúde foram de R\$28.856 (R\$24.418 em 30 de junho de 2019) no consolidado. Inclui R\$2.960 (R\$2.081 em 30 de junho de 2019) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

36. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia (*)					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	251.635	508.657	532.725	528.411	9.073.846
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	865.759	1.858.960	1.613.588	1.746.501	24.814.569
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	217.270	439.116	421.532	465.828	7.474.459
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2020 a 2054	394.402	788.415	746.171	844.584	14.811.313
		1.729.066	3.595.148	3.314.016	3.585.324	56.174.187

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do período findo de 30 de junho de 2020, foram homologados pela ANEEL.

Notas Explicativas

37. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de junho de 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/06/2020	31/12/2019
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	204.420	886.093
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	6.948	182.208
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	65.315	75.514
Incorporação de redes - transferência de obrigações especiais	18.910	13.909
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	1.683	32.906
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	65.315	75.515
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	18.910	13.909
Intangível - CPC 06 (R2)	1.683	32.906
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	18.795	212.704
Atividades de financiamento		
Dividendos Governo do Estado de Tocantins	-	35.573
Aumento de capital com reservas	445.310	-

38. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do período - controladora	207.641	537.069
Média ponderada em milhares de ações	2.084.099	2.057.875
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	0,10	0,26
Lucro do período - consolidado	257.446	537.069
Resultado da operação continuada:		
Acionistas da controladora	207.641	415.619

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

39. Ataque cibernético

Os sistemas computacionais operacionais da Companhia e de suas controladas sofreram ataque cibernético em 28 de abril de 2020, deflagrado por hackers, tendo sido completamente superado e as ações de reforço a estruturas de tecnologia e neutralização de novas ataques cibernéticos foram implementados. A Companhia e suas controladas contrataram consultores especializados em mapeamento de soluções de tecnologia com expertise também em trabalhos forenses e até o momento não foi identificado “captura” de informações seja operacional ou financeira da Companhia e de suas controladas. Adicionalmente, ressalta-se que o evento não proporcionou qualquer impacto na elaboração das Informações financeiras trimestrais ora apresentadas.

Notas Explicativas

40. Eventos subsequentes

Revisão tarifária - controlada ETO

Em 03 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.720 e Nota Técnica nº 109/2020-SGT/ANEEL homologou a 5ª revisão tarifária, em vigor a partir de 04 de julho de 2020 da controlada indireta ETO. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores em relação à tarifa atualmente praticada será um aumento de 7,17%.

Reajuste tarifário - controlada ESS

Em 07 de julho de 2020 a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.722 e Nota Técnica nº 114/2020-SGT/ANEEL, homologou reajuste tarifário, em vigor a partir de 12 de julho de 2020 da controlada indireta ESS. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 4,87%.

Empréstimo da CONTA COVID-19 - controladas distribuidoras de energia elétrica

Em 18 de maio de 2020, foi instituído pelo Decreto nº 10.350/2020 a criação da CONTA-COVID, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da CONTA-COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

O Decreto nº 10.350/2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, define os critérios para o limite total de captação da operação de crédito destinada à CONTA-COVID, estabelecendo que a ANEEL levará em consideração as necessidades decorrentes do estado de calamidade pública. Para tanto, propõe-se que o limite seja calculado considerando as estimativas de redução de faturamento e de arrecadação e de possíveis diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A, adicionadas das postergações, até 30 de junho, de processos tarifários homologados e dos diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da CONTA-COVID. Conforme art. 8 da Resolução Normativa os repasses efetuados pela CONTA-COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da CONTA-COVID serão incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

Por conta disto as controladas distribuidoras de energia elétrica, protocolaram em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-COVID no valor máximo de R\$808.209.

Notas Explicativas

Segue os valores contratados pelas controladas:

Controladas	Ativo financeiro setorial	Entrada de recursos - 31/7/2020 (*)	Entrada de recursos - 12/8/2020 (**)	Estimativa de entrada de recursos - set/2020 a jan/2021
Energisa Mato Grosso	377.985	206.454	31.347	140.184
Energisa Mato do Grosso do Sul	296.268	231.491	24.574	40.203
Energisa Tocantins	36.560	23.162	4.045	9.353
Energisa Sul Sudeste	97.396	97.396	-	-
Total	808.209	558.503	59.966	189.740

(*) Despacho ANEEL nº 2.177, de 24 de julho de 2020 e
 (**) Despacho ANEEL nº 2.353, de 11 de agosto de 2020.

Antecipação de dividendos do exercício de 2020 - Companhia e Controlada

Em Ata de Reunião da Diretoria e do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial da Companhia e de controlada de 30 de junho de 2020, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação R\$	Data pagamento
Intercalares:			
Rede Energia participações S/A	196.260	0,093000 ON	A partir de 26 de agosto de 2020
Rede Power do Brasil S/A	20.000	76,078200 ON	A partir de 14 de agosto de 2020

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rede Energia Participações S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - 1RJ 093.771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2020

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 13 de agosto de 2020.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 13 de agosto de 2020.

Ricardo Perez Botelho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia